Acção Socialista

N.º 1312 30 Setembro 2008

Director Jorge Seguro Sanches **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

A FORÇA DA MUDANÇA

A modernização e o desenvolvimento do país têm estado no centro das políticas traçadas pelo Governo do Partido Socialista. Os resultados são altamente favoráveis e, por isso, Sócrates não se vai desviar do rumo definido, por muitas que sejam as críticas, vindas geralmente de quem não apresenta quaisquer alternativas. A mensagem é clara e foi sublinhada pelo secretário-geral do PS perante largos milhares de militantes e simpatizantes.

Sob o lema "A força da mudança", o grande comício realizado no Pavilhão Multiusos de Guimarães, a 20 de Setembro, marcou o início do ano político, momento que Sócrates aproveitou também para assegurar que uma governação socialista nunca permitirá "que as pensões dos portugueses sejam jogadas na Bolsa", como quis fazer a direita quando propôs a privatização parcial do sistema de segurança social.

2

Novas Fronteiras
Novas Oportunidades para melhorar qualificações e reduzir desigualdades

19

Entrevista
Maximiano Martins
"Mais vale acreditar em quem deu provas"

7

Opinião
Novas Associações de Municípios
Por Luís Ameixa

20

Nesta edição
Suplemento "Europa"

"Temos um rumo e não

O PS vai manter o rumo reformista e modernizador traçado para promover o desenvolvimento de Portugal. A garantia foi dada por José Sócrates, ao encerrar o comício que reuniu largos milhares de militantes e simpatizantes. Sob o lema "A força da mudança", o comício realizado no Pavilhão Multiusos de Guimarães, a 20 de Setembro, marcou o início do ano político, momento que o secretário-geral do PS aproveitou também para assegurar que uma governação socialista nunca permitirá "que as pensões dos portugueses sejam jogadas na bolsa", como quis fazer a direita quando propôs a privatização parcial do sistema de segurança social.

MARY RODRIGUES

"ESTAMOS a começar o ano político, um ano em que temos muito trabalho pela frente, mas temos um rumo e não nos desviaremos dele porque aplicamos a estratégia correcta", afirmou Sócrates, numa densa intervenção na qual frisou que o Executivo vai continuar a apostar no rigor orçamental, na educação, na prioridade à economia e ao emprego, na melhoria dos serviços públicos e na justiça social.

"Não ignoro as dificuldades da conjuntura internacional, mas a melhor resposta a esse desafio é continuar o caminho da modernização do país", sustentou, lembrando que "a hora é de responsabilidade, de consciência das dificuldades, mas também de confiança e ambição".

Visivelmente emocionado, o líder do PS recordou a sua eleição, naquele mesmo local, há quatro anos, para o cargo de secretário-geral do partido, salientando de seguida que, "ao contrário de outros, a liderança socialista não se esconde das bases, nem anda a jogar às escondidas com o país".

Agradeceu, depois, o apoio que lhe tem sido manifestado pelos militantes, frisando que "o PS sempre soube que só podia contar consigo, que não iria encontrar nenhuma outra força política, à esquerda ou à direita, com vontade de mudança ou coragem para mudar".

Nesse sentido, criticou o "doentio calculismo partidário, de quem não se preocupa com o futuro do país, mas tem uma vontade mesquinha de ganhar votos à custa de uma oportunidade política".

"Há para aí quem se queixe da democracia no Continente e até nos Açores. Só não os ouvi a falar da democracia na Madeira", criticou, lembrando que nestes três anos de governação socialista foi assegurada uma melhoria da qualidade democrática no país. E disse que aqueles que se limitam a dizer mal de tudo também se queixam constantemente da democracia por não saberem ser oposição.

Recordou de seguida que é o primeiro-ministro que mais vezes tem ido ao Parlamento e que foi o PS na governação que avançou com a Lei da Paridade, com a limitação dos mandatos executivos públicos e com o fim das subvenções.

"Temos uma obra feita que honra a tradição democrática socialista", rematou.

Centrando-se nos bons resultados das políticas implementadas em vários sectores da administração, Sócrates adiantou que "esta é uma legislatura de mudança" e que "os portugueses sabem que o PS é a única força política capaz de propor e executar programas de reformas a pensar no futuro de Portugal e dos portugueses".

Até porque, sublinhou, "não foi para ficar tudo na mesma que os portugueses nos deram a maioria".

Assim, elencou as principais mudanças implementadas ao longo de três anos de governo, incluindo as que "reforçam os direitos da oposição e a fiscalização do Executivo".

Na sua intervenção, muitas vezes interrompida pelos aplausos da multidão, José Sócrates sustentou que o período de mandato do Governo já decorrido "foi marcado pela seriedade" e destacou, a título de exemplo, o sucesso nas contas públicas.

"Vencemos onde a direita teve fracasso", disse, lamentando que "este esforço sério, honesto e corajoso" não tivesse tido o apoio dos partidos à esquerda do PS.

"Esses partidos estão sempre do lado errado da história, é uma esquerda imobilista, que nada aprendeu com o passado", denunciou.

Depois, o líder socialista assegurou também que o PS defende uma segurança social "pública, garantida pelo Estado", assegurando que numa governação socialista "nunca será permitido que as pensões dos portugueses sejam jogadas na bolsa", como quis fazer a direita quando propôs a privatização parcial do sistema.

Ao enumerar os pontos pelos quais o Partido Socialista se constitui numa "força da mudança", Sócrates concluiu que "este é o tempo do PS", um tempo em que as políticas sociais avançam em Portugal e se faz uma verdadeira aposta na qualificação da educação".

Ao finalizar o seu discurso falou sobre segurança interna e trabalho, clarificando, no primeiro ponto, o que distingue o projecto e a actuação socialista das investidas demagógicas da direita.

"A segurança pública é, para o PS, a primeira das responsabilidades e das liberdades", frisou, deixando claro que o Governo saberá estar à altura das expectativas dos portugueses no combate à criminalidade.

Referindo-se a outra das áreas onde a mudança tem sido decisiva, designadamente nas relações laborais, registou que quem traiu o interesse dos trabalhadores foram aqueles que cederam ao "passadismos e ao imobilismo" e que tudo fizeram contra uma proposta de alteração ao Código do Trabalho que promove a concertação social, o diálogo e combate a precariedade.

"Trair os trabalhadores é resistir à mudança", concluiu.

> "A segurança pública é, para o PS, a primeira das responsabilidades e das liberdades"

Por fim, o secretário-geral do PS elogiou o presidente do Governo açoriano, camarada Carlos César, assegurando-lhe todo o apoio para as eleições regionais que se aproximam.

"É uma governação de sucesso, com uma obra que é referência e exemplo para todos os socialistas", considerou, rematando que terá "muita honra em participar na campanha eleitoral que renovará a vitória do PS/Açores".

Orgulhosos das reformas

Também convicto da vitória socialista nas próximas batalhas eleitorais, Carlos César evidenciou a falta de credibilidade para governar da actual liderança laranja, lembrando que Manuela Ferreira Leite é "a mãe do défice" público português.

Para o presidente do Executivo açoriano, o PSD não merece governar o país, já que, no exercício do poder, não só falhou as metas financeiras, mas também "exibiu uma chocante insensibilidade social".

Dirigiu, igualmente, críticas certeiras à "esquerda ruidosa, bloquista e comunista" que, segundo apontou, "já não esconde que prefere o PSD no Governo".

"O país e a esquerda não precisam da esquerda ruidosa e fingida", afirmou Carlos César para quem Portugal também não precisa "da direita que está à vista".

Defendendo que "Portugal será mais forte com a liderança do PS", César disse que os socialistas "não recebem lições de solidariedade social da esquerda radical", até porque essa esquerda "está sempre contra tudo o que a esquerda moderna faz" de útil para o povo e ao lado dele.

A estrear-se como oradora num comício, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, mostrou-se orgulhosa por participar numa festa da família socialista, salientando que as reformas re-

o nos desviaremos dele”

alizadas e em curso na educação são “em prol da escola pública”, traduzem políticas de esquerda moderna e provam que o PS é um partido de acção.

“É um partido de esquerda, mas de uma esquerda de acção e modernização do país”, afirmou, avisando “a esquerda da retórica”, a “radical”, de que se encontra em risco sério de ser “ultrapassada pela direita mais conservadora”.

Oposição deve arrumar a casa

No megacomício de Guimarães usaram ainda da palavra o presidente da Câmara Municipal, António Magalhães, e o presidente da Federação de Braga, Joaquim Barreto.

Na sua intervenção, o autarca vimaranense aconselhou o PSD a arrumar a casa para que o PS tenha, no próximo ano, “um adversário à sua altura, nas eleições legislativas”.

“Não se entende que um partido, que se diz de alternância, não tenha arrumado a casa em tempo útil”, observou António Magalhães, recordando de seguida que, “tal como sucedeu em 2005, este comício será o ponto de partida de uma nova vitória com maioria absoluta do PS”.

Segundo o edil, os partidos da oposição devem aprender com os socialistas e também com os portugueses, que olham para o seu primeiro-ministro com orgulho, porque vêem nele “um político que não vira a cara à luta”, o “único capaz de avançar com as reformas que o país precisa”.

Por seu turno, o líder dos socialistas bracarenses, Joaquim Barreto, desmontou por completo a ideia que a oposição quer fazer passar de que o Governo é causador das dificuldades que actualmente o país atravessa.

E manifestou a convicção de que “as pessoas não vão atrás de mentiras”, pois sabem que “as dificuldades têm origem na crise internacional”.

“Não subestimem a inteligência dos portugueses” avisou, sustentando que, apesar das manobras das oposições, as pessoas continuam a confiar no PS e no Governo, porque “os socialistas dão a cara e, graças à actuação do Executivo, o país está, hoje, mais preparado para enfrentar os desafios e os problemas que se lhe apresentam”.

OPINIÃO

MIGUEL LARANJEIRO
Deputado do PS
laranjeiro@ps.parlamento.pt

PRECARIEDADE E CÓDIGO DO TRABALHO

As confederações sindicais e patronais devem evoluir no sentido de perceber que é cooperando que todos ficam a ganhar

O PARTIDO Socialista tem na sua matriz a luta contra a precariedade laboral como elemento central da acção política. Qualquer tipo de precariedade comporta em si uma fragilidade, uma dificuldade acrescida na vida de qualquer cidadão que importa combater e acautelar.

A proposta de revisão do Código do Trabalho actualmente em debate na Assembleia da República tem em si várias medidas poderosas contra a precariedade a que se seguirão outras no âmbito contributivo. Trata-se do conjunto mais vasto que alguma vez foi proposto ao País e aos parceiros sociais e importa lembrar que a proposta se baseia no que foi negociado em concertação social. Nos últimos três anos o Governo celebrou seis acordos de concertação social, numa atitude que deve ser realçada. Numa sociedade moderna, complexa, participada e cooperativa, a concertação social entre os vários parceiros sociais deve ser uma marca constante. Esta atitude reforça a responsabilidade dos diversos parceiros e as posições que assumem, mas sobretudo a atitude com que enfrentam as questões. As confederações sindicais e patronais devem evoluir no sentido de perceber que é cooperando que todos ficam a ganhar e não optar, à partida, em ficar de fora de um debate exigente mas benéfico para a sociedade.

Mas vamos às propostas concretas que estão em debate no Parlamento, para o combate à precariedade laboral:

1. Alteração significativa da presunção legal do contrato de trabalho, permitindo a mais fácil consagração do contrato e a respectiva acção inspectiva e legal.
2. Redução da duração máxima do contrato a termo, de seis para três anos. Trata-se de uma redução muito significativa o que levará à diminuição deste tipo de contratos.
3. Limitação dos contratos a termo por motivo de abertura de novo estabelecimento que pertença a empresa com mais de 750 trabalhadores.
4. Criação de uma contra-ordenação muito grave para a dissimulação do contrato de trabalho, vulgo falsos "recibos verdes", com agravantes para casos de reincidência.
5. A criação de um novo contrato sem termo, para actividades com características específicas.
6. Diversas medidas que promovam a passagem da situação de trabalho independente para contratos sem termo.

São ou não medidas contra a precariedade laboral? A seriedade política exige que se reconheça que sim.

Mas este é um caminho mais vasto. Serão aprovadas, noutro momento, medidas no domínio das contribuições para a segurança social. Assim propõem-se:

7. Redução em 1% da Taxa Social Única (TSU) para os contratos sem termo.
8. Aumento em 3% da TSU para contratos a termo.
9. Nos chamados "recibos verdes" as empresas serão chamadas a contribuir com 5% para o sistema social, que até agora é da total responsabilidade do trabalhador.
10. Redução global da taxa contributiva aplicável aos trabalhadores independentes em 7,4%.

A acrescentar, devemos lembrar o programado reforço da Inspecção-Geral do Trabalho e as alterações organizativas que já estão a dar o seu resultado como se pode constatar nos dados do primeiro semestre de 2008.

Este conjunto de medidas e de acções políticas são um forte sinal que o Parlamento e o Governo dão à sociedade, aos trabalhadores e aos empresários, relativamente ao caminho que deve ser seguido.

As questões que têm sido expressas pelos partidos à esquerda do PS não colam com a realidade da economia nacional e os parceiros, no terreno, sabem-no bem.

As medidas agora apresentadas não resolverão todas as questões mas a prática dos diversos responsáveis será fundamental para a sua evolução. Não tenhamos dúvidas que o que está em discussão na Assembleia da República é um contributo poderoso e que deve ser valorizado como uma opção política de esquerda.

Parlamento aprovou na generalidade nova legislação laboral

A proposta do Governo de revisão do Código do Trabalho foi aprovada na generalidade na Assembleia da República, com os votos favoráveis do Partido Socialista. Para o primeiro-ministro, trata-se de um passo importante para melhor combater a precariedade laboral e aumentar a competitividade das empresas.

TAMBÉM na opinião do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, esta proposta "corresponde a um compromisso do Programa do Governo" anunciado e discutido em devido tempo no Parlamento.

A nova proposta de revisão do Código do Trabalho agora apresentada, afigura-se, na perspectiva do Executivo, como uma reforma necessária, que vai contribuir, como garante o chefe do Governo, para aumentar a produtividade e a competitividade das empresas, mas também "favorecer a negociação colectiva e ajudar a combater de forma mais eficaz a precariedade".

Para o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, o novo Código do Trabalho vem "reforçar as condições de segurança e de flexibilidade", além de representar uma "boa solução para as empresas e para os trabalhadores".

Na perspectiva de Alberto Martins, a iniciativa governamental de revisão do Código Laboral traz um conjunto inovador de propostas que importa salientar, nomeadamente, como adianta, a aplicação de uma taxa de cinco por cento às empresas que têm ao seu serviço trabalhadores em regime independente, "combatendo deste modo os falsos recibos verdes" e ainda o agravamento proposto da taxa social única para os contratos a prazo, com o objectivo, lembra, "de lutar contra o trabalho precário".

Outras das novidades que são propostas neste novo código pelo Governo, sublinha ainda o líder da GP/PS, respeitam à possibilidade de criação de bancos de horas e de horários concentrados, iniciativa que tão bons resultados tem dado, por exemplo na Autoeuropa, "como forma de aumentar a adaptabilidade das empresas", mas ainda o aumento proposto das licenças de parentalidade, os novos mecanismos que proporcionarão a abertura de novos contratos de curta duração no sector agrícola e finalmente, entre outras medidas importantes, uma que se refere ao regime especial de férias para o sector do turismo.

Quem não se mostrou de acordo com a proposta do Executivo foi o deputado Manuel Alegre, que justificou o seu voto contra alegando que o Governo ao apresentar este novo Código do Trabalho está a ir contra as posições que o PS assumiu em 2003 em relação ao código do ex-ministro conservador Bagão Félix, evocando o ex-candidato à Presidência da República, que muitas das medidas agora defendidas contrariam as posições assumidas pelo PS sobre esta matéria na altura em que o Governo era encabeçado pelo PSD numa coligação com o CDS/PP.

Contudo, Alegre diz reconhecer existirem alguns aspectos positivos nesta proposta de revisão, destacando as medidas contra a precariedade laboral, nomeadamente o combate aos falsos recibos verdes, ou o alargamento da licença parental. Da bancada socialista votaram também contra o novo Código do Trabalho as deputadas Teresa Portugal, Júlia Caré e Eugénia Alho. De referir que o PSD e o CDS se abstiveram, enquanto o PCP, o BE e o PEV votaram contra.

"Era necessário rever a legislação laboral"

Na perspectiva do titular da pasta do Trabalho, Vieira da Silva, o país precisava de mexer na sua legislação laboral, "quer por razões económicas, quer por razões de carácter social".

Recordando que o código de 2003 já previa para a actual legislatura a sua própria revisão, o ministro Vieira da Silva acentuou o facto de já nessa altura o Partido Socialista "ter manifestado uma posição crítica em relação a esse código", defendendo a sua rápida e urgente revisão.

E as razões que levaram o PS a mostrar o seu descontentamento e a votar contra o Código do Trabalho aprovado pela anterior maioria de direita, referiu ainda Vieira da Silva, prendem-se sobretudo com o facto de ele manifestar uma estratégia "inadequada e contraproducente", uma vez que, disse, "não facultava às empresas os instrumentos de adaptabilidade de que carecem", e ainda, porque desequilibrava "ainda mais" as relações de poder a favor da parte mais forte, nomeadamente porque fomentava a precariedade do emprego, tendo na altura, como lembrou, despoletado uma crise aguda da contratação colectiva de trabalho.

Ora, na opinião do ministro, havia que inverter este cenário, dando às empresas e aos trabalhadores novos mecanismos e meios legais que fossem capazes de lhes proporcionar maior clareza e transparência nas relações entre eles e deles com o Estado. Algo que estava inscrito, recordou o titular da pasta do Trabalho, "desde o primeiro dia" no Programa de Governo com que o Partido Socialista se apresentou em 2005 ao eleitorado português.

De então até hoje, referiu, o Governo tem vindo a cumprir com o que prometeu, "ponto por ponto", desde logo com uma intervenção de urgência, destinada a travar o "descalabro da contratação colectiva" em que o anterior Código Laboral tinha deixado o mundo do trabalho, tendo na altura conseguido um acordo com os parceiros sociais, "que se traduziu numa iniciativa legislativa que a Assembleia da República aprovou e cujos resultados falam por si".

Na perspectiva de Vieira da Silva, esta medida em conjunto com a retoma do diálogo social tornou possível aumentar o número de contratos colectivos publicados e fazer subir ainda o número de trabalhadores abrangidos.

Só com estas duas iniciativas, afirmou o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, foi possível passar de 600 mil trabalhadores cobertos por contrato colectivo em 2004, para mais de um milhão e meio em 2007, o que aponta "para que venhamos a ultrapassar claramente o maior valor desde que há registos comparáveis". **R.S.A.**

Nova Lei do Divórcio é moderna e progressista

A nova Lei do Divórcio honra a boa tradição socialista e contribui para a afirmação do PS como partido progressista. Esta a mensagem deixada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, ao encerrar a conferência parlamentar promovida pelo GP/PS com vista a tornar claros diversos aspectos relativos às alterações ao actual quadro legal da dissolução do casamento recentemente reapreciadas e votadas na Assembleia da República.

MARY RODRIGUES

NO AUDITÓRIO do edifício novo da Assembleia da República, José Sócrates felicitou a bancada socialista pelo trabalho realizado em prol da defesa e promoção da igualdade de género, dos direitos das crianças e da sua boa educação, bem como por poupar sofrimentos aos casais em processo de ruptura.

"Esta é uma lei que se insere no conjunto de leis progressistas que o PS que fazer avançar", adiantou Sócrates, que manifestou total concordância com o afastamento da culpa como fundamento para o divórcio.

"Não posso estar mais de acordo. Aliás, o diploma mais não faz do que seguir o que outros países já fizeram nesta matéria e com sucesso", sustentou o primeiro-ministro, ressalvando de imediato que esta iniciativa legislativa do PS não pode, por isso, ser classificada como "experimentalismo social".

E acrescentou que a nova lei "também não é engenharia social", porque "a própria sociedade portuguesa não quer aquele tipo de divórcio que condena os casais a exporem as suas vidas na barra dos tribunais e a estes à inglória e penosa tarefa de atribuir culpas".

Após reafirmar que "Portugal ficará melhor com esta nova Lei do Divórcio" e que esta matéria estará melhor regulada, centrou-se num ponto que considerou vital: a substituição do conceito de "poder paternal" pela noção de "responsabilidade parental".

"Esta mudança é essencial para promover uma partilha efectiva das obrigações relativas à educação dos filhos após a dissolução do vínculo matrimonial", disse, salientando que com o novo enquadramento legal, "adequou-se o divórcio à nova família democrática, fundada na igualdade entre os cônjuges, nos direitos das crianças e na partilha de responsabilidades".

Antes, na intervenção que deu início à conferência, o líder da bancada socialista, Alberto Martins, traçou igualmente os fins desta legislação, vincando que ela passa por "proteger o interesse dos filhos, das famílias e das sociedades, indo ao encontro da realidade".

Destacou também que "esta é uma lei que obteve uma margem de representatividade política e partidária muito substantiva", uma vez que, na sua reapreciação parlamentar, a 17 de Setembro, foi votada favoravelmente pelo PS, PCP, BE, PEV e por 11 parlamentares do PSD, sendo que nessa bancada houve seis abstenções.

Após sublinhar que o princípio fundamental da nova Lei do Divórcio estabelece que a união conjugal só deve manter-se quando ambas partes o desejam, referiu que a conferência parlamentar promovida pelo GP/PS tinha um objectivo "basicamente pedagógico", visando essencialmente "informar e aprofundar esta matéria".

Marcas de modernização socialista

No âmbito da conferência, a primeira intervenção coube à socióloga Anália Torres, para quem o diploma do PS "evidencia uma preocupação pela protecção dos mais frágeis".

Segundo Anália Torres, "a valorização da família e do casamento não é contraditório com a aceitação da realidade do divórcio", pois essa aceitação "resulta da necessidade social de criar condições para um desenvolvimento familiar feliz".

Por sua vez, o professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Guilherme Oliveira, centrou-se nas ideias que inspiraram as mudanças no regime de dissolução de vínculo conjugal do ponto e vista do Direito da Família, tendo concluído que "esta é uma reforma que promove a dignidade das pessoas num momento de crise, que evita os litígios e procura reduzir os danos, que rejeita uma visão negocial do casamento, que protege os cônjugues que merecem protecção com os meios justos, e que se preocupa com os filhos pequenos".

Terminou manifestando-se tranquilo quanto à aplicação das normas.

"Os tribunais não sentirão dificuldades maiores do que aquelas que costumam vencer no seu dia-a-dia", declarou.

Já a presidente da Comissão para um Direito da Família Europeu (CEFL), organização que integra 26 países, Katharina Boele-Woelki, apresentou os resultados de um estudo de direito comparado a nível da Europa, referindo que as soluções apresentadas na nova Lei do Divórcio portuguesa são positivas e seguem as orientações da CEFL, em harmonia com a melhor doutrina comunitária.

"Os legisladores portugueses merecem ser saudados pelas reformas introduzidas nesta matéria", afirmou.

Por seu turno, os deputados socialistas Osvaldo Castro, Maria do Rosário Carneiro e Pedro Nuno Santos sublinharam as marcas de modernização contidas na nova lei, o seu espírito de combate ao litígio e a sua explícita defesa dos princípios da igualdade e da liberdade, "com responsabilidade".

Por último, o juiz de direito Rui Moreira expôs algumas das suas preocupações sobre o que definiu como "dificuldades" do ponto de vista funcional e da perspectiva finalista da aplicação da nova Lei do Divórcio pelos tribunais.

LEI APROVADA É JUSTA E EQUITATIVA

O NOVO regime jurídico do divórcio foi aprovado na Assembleia da República com alterações pontuais ao diploma inicial, com os votos favoráveis do Partido Socialista, dos dois partidos à sua esquerda e ainda de11 deputados da direita.

Do ponto de vista técnico, como acentua o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, o diploma agora aprovado, acaba com a figura jurídica do divórcio litigioso e com o que anteriormente se designava como "conceito de violação culposa dos deveres conjugais", passando a estabelecer que o casamento pode ser dissolvido por uma cisão assente em "razões objectivas", nomeadamente, se se verificar separação de facto por um período de um ano ou ainda na efectiva alteração das capacidades mentais no mesmo espaço de tempo de um dos cônjuges, entre outros factores.

Alberto Martins refere que a Lei do Divórcio agora aprovada no Parlamento "é justa e equitativa" e que mantém, na prática, inalterados todos os itens do anterior diploma entretanto vetado pelo Presidente da República. Sublinha o líder da bancada socialista que a intenção do PS sempre foi "manter o espírito do diploma" aceitando contudo "algumas pequenas e ligeiras alterações", de um ou outro aspecto que mereciam clarificação.

De entre estas, destaque para a norma que estabelece que só tem direito a pedir compensação no momento de partilhas "quem tiver abdicado de proveitos profissionais em favor do casamento", ficando ainda estabelecido na lei o princípio de que a pensão de alimentos passa a ser ilimitada no tempo.

Para Alberto Martins, trata-se de uma lei "que marcará de forma muito positiva esta legislatura" e que responde, como disse, de forma positiva em defesa do interesse público, garantindo que o casamento "não se mantém contra a vontade de ninguém".

O líder da bancada do PS refuta os argumentos aduzidos, nomeadamente pelos partidos da direita, de que se trata de um diploma que em caso de divórcio desprotege a parte mais fraca.

Na opinião de Alberto Martins, ao invés, a parte mais fraca "está sempre protegida na hora da divisão patrimonial", já que, sustenta, "poderá pedir uma compensação pelo património que deixou de receber por ter renunciado a uma vida profissional em favor do casamento".

Também o porta-voz do Partido Socialista, Vitalino Canas, pronunciou-se sobre este assunto, referindo que o anterior veto do Presidente da República ao diploma espelha "diferentes percepções do mundo" entre o PS e Cavaco Silva, sublinhando, contudo, o responsável socialista que cabe ao chefe de Estado "fazer a análise de como quer exercer os seus poderes".

Para Vitalino Canas, as divergências existentes neste assunto entre o partido e o chefe de Estado não passam, como frisou, disso mesmo, de "concepções ou de uma visão diferente do mundo", não se devendo tirar daí, como garantiu, "nenhum significado político profundo", nem isso poder representar, em sua opinião, "nenhum drama".

Tratam-se de questões, disse ainda o porta-voz do PS, que passam por diferentes "opções políticas", nunca se tendo verificado, como recordou, qualquer questão de natureza constitucional.

Recorde-se que Cavaco Silva vetou no passado dia 20 de Agosto a Lei do Divórcio aprovada na Assembleia da República, estando agora de novo o diploma em Belém, para promulgação pelo Presidente da República. **R.S.A.**

Novo estatuto açoriano confere mais qualidade à democracia portuguesa

ESTÃO reunidas as condições para que "todos se congratulem" com a nova versão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, sublinhou o presidente do Governo regional e líder dos socialistas açorianos, Carlos César, no dia 25 de Setembro, após o diploma ter sido aprovado na Assembleia da República.

Para Carlos César, o novo estatuto "confere mais qualidade à democracia portuguesa, através de uma das suas componentes (o regime autonómico dos Açores), e confere, também, um efeito mais útil à autonomia açoriana, pela exploração das novas competências".

Nas declarações que fez à Imprensa na cidade de Ponta Delgada, César adiantou, igualmente, que gostaria que todos os intervenientes no processo de revisão do estatuto fossem "unânimes e considerassem representadas todas as suas opiniões na solução" aprovada no Parlamento nacional.

"Pela minha parte estou satisfeito e vejo razões nas propostas de alteração apresentadas para que todos os intervenientes, sem excepção, sintam igual satisfação", afirmou, frisando ainda que as propostas aprovadas salvaguardam a dignidade dos órgãos de governo próprio da região e do regime autonómico, bem como o princípio constitucional de audição dos órgãos do executivo regional.

Recorde-se que a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, uma nova versão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, ficando assim ultrapassadas as divergências que se evidenciaram entre os partidos quanto ao artigo 114º, relativo à dissolução da Assembleia Legislativa Regional (ALR).

Neste ponto, a maioria parlamentar do PS deixou claro que o novo estatuto não contém normas inconstitucionais e que as alterações tiveram em conta as reservas expressas pelo Presidente da República.

Aliás, a bancada parlamentar do PS lembrou que a Constituição, no seu artigo n.º 2, refere que "os órgãos de soberania ouvirão sempre, relativamente às questões da sua competência respeitantes às regiões autónomas, os órgãos de governo regional", o que, segundo os socialistas, se aplica à dissolução da ALR.

Assim, o deputado do PS Ricardo Rodrigues declarou que os parlamentares do PS estão "tranquilos" quanto ao artigo 114º do Estatuto dos Açores, assinalando que este não mereceu, "por parte do chefe de Estado " qualquer dúvida de constitucionalidade quando o diploma lhe foi presente pela primeira vez".

"O que sabemos é que o Presidente da República teve uma dúvida política relativamente a esta norma", recordou, concluindo que em termos de política "todos têm a sua convicção".

SOCIALISTAS PREPARADOS PARA GOVERNAR BEM OS AÇORES

EM VÉSPERAS do arranque da campanha eleitoral para as eleições regionais nos Açores de 19 de Outubro, as ideias de futuro propostas pelo PS já fazem eco nas ruas das nove ilhas do arquipélago.

Na apresentação do Programa de Governo, realizada a 28 de Setembro, em Santa Maria, o líder dos socialistas açorianos, Carlos César, disse que este texto consubstancia uma "ambição renovada", tendo acolhido "o que de melhor e mais ambicioso se perspectivou para o futuro dos Açores".

"O documento que apresentamos revela uma nova ambição para os Açores, uma crença irrevogável nestas ilhas com futuro", garantiu.

Depois de resumir as quatro grandes áreas do programa que originarão 830 medidas para a próxima legislatura, Carlos César manifestou-se empenhado em continuar a fazer "o melhor e o necessário em Autonomia, em Governo e em Estado".

"Estamos, mais uma vez, preparados para governar bem os Açores", concluiu.

Já durante um jantar em Ponta Delgada, que reuniu mais de uma centena de jovens, anunciou que o Executivo regional vai implementar um programa de apoio a licenciados com menos de 25 anos de idade que atinjam mais de 100 dias em situação de desemprego, visando proporcionar-lhes mais formação.

Para além deste, anunciou também o programa "Jovem com Futuro", para acompanhar os jovens açorianos que estão a frequentar cursos pós-secundários ou de formação de nível IV ou superior, de forma a proporcionar a obtenção de um emprego estável.

Antes, durante uma visita que realizou às vultuosas obras de ampliação e remodelação das cooperativas Finisterra, Lourais e Uniqueijo – três importantes pólos da produção de lacticínios de São Jorge – o líder do PS/Açores sublinhou a importância desta ilha no contexto económico açoriano.

Frisando que, por via das políticas governamentais, se está a ganhar a batalha da qualidade e da produção, César assegurou que "esta legislatura vai ser muito concentrada na promoção externa, na valorização dos produtos, porque, agora, é chegada a hora de colocar o queijo de São Jorge de qualidade em todos os lugares, para que as pessoas ganhem dinheiro com a sua venda, com a sua comercialização".

Dias antes, em Santa Bárbara, concelho da Ribeira Grande, reafirmou a vontade de, como líder do Governo, prosseguir a política de apoio ao sector agrícola, agora procurando eliminar problemas decorrentes de atrasos nos pagamentos aos produtores.

Quanto às próximas iniciativas de campanha propriamente ditas, além das acções dos candidatos pelas diferentes ilhas, estão previstos dois grandes comícios na Ilha Terceira e em São Miguel, que contarão com a participação de Carlos César e do secretário-geral do PS, José Sócrates, para 4 e 12 de Outubro, estando ambas datas a aguardar confirmação.

Acompanhe de perto as actividades do PS/Açores nestas eleições regionais através do site www.psacores.org/regionais08 e veja também o canal de televisão dos socialistas açorianos no link www.youtube.com/novaambicaoacores. **M.R.**

Voto presencial corresponde à vontade democrática

O PROJECTO de alteração à Lei Eleitoral na emigração apresentada pela bancada socialista, que substitui o sistema de voto por correspondência pelo presencial nas eleições legislativas, foi recentemente aprovado com os votos favoráveis do PS, PCP e PEV.

A iniciativa dos deputados do PS tem como objectivo combater eventuais fraudes eleitorais e conferir "dignidade acrescida" ao exercício do voto por parte dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, conforme salientou, em declarações à Imprensa, o parlamentar socialista José Lello.

Segundo o deputado, a alteração da modalidade de voto dos emigrantes para as eleições legislativas – à semelhança do que já acontecia com a eleição do Presidente da República e do Conselho das Comunidades Portuguesas – conferir-lhe-á mais dignidade "na medida em que passa a ser um acto presencial, e as eleições têm de ser presenciais e assumidas directamente pelos eleitores".

Já em resposta às acusações feitas pela líder laranja a este propósito, alegando que a alteração teria o intuito de subverter resultados nos dois círculos elegíveis pela emigração (Europa e Fora da Europa), o líder do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, depois de considerar este ataque "lamentável", clarificou que acabar com o voto por correspondência defende a "verdade democrática" e elimina "sindicatos de voto".

De referir que várias secções do PS na Europa manifestaram apoio à proposta socialista de acabar com o voto por correspondências desde o estrangeiro, sublinhando que várias fraudes se têm cometido ao abrigo desse sistema.

Em comunicado, o PS no Reino Unido afirma que a proposta socialista de alteração da Lei Eleitoral "fomenta o verdadeiro exercício do direito do voto dos eleitores".

"Esta iniciativa do PS consagra uma maior verdade democrática, promove a transparência e a exactidão dos actos eleitorais e incentiva a participação activa do eleitorado emigrante", lê-se no documento onde os socialistas do Reino Unido se mostram também disponíveis para "assegurar o desdobramento das mesas de voto pelas zonas onde se concentre a emigração portuguesa" naquele país, por forma a que a larga maioria dos eleitores não esteja mais distante do que 100 quilómetros da mesa de voto.

Em França, a Secção do PS de Lyon aplaude tambéma proposta de alteração da Lei Eleitoral por considerar que "o voto por correspondência apresenta muitas falhas e pode originar facilmente situações de fraude".

Por sua vez, o PS de Bordéus afirma que "o voto presencial acaba com a vergonha que tem sido alguns membros de alguns partidos andarem a arrebanhar votos porta-a-porta e a preencherem os boletins de voto pelos seus eleitores".

Também na Alemanha, o PS de Dusseldorf denuncia que "os partidos políticos em Portugal têm ignorado uma situação que é conhecida de todos e que tem ver com o facto de haver pessoas que preenchem o boletim de voto por outras".

Assim, defendem, "o voto presencial é a única forma de ser manifestada a vontade da pessoa em fazer uma escolha sem a interferência de terceiros". **M.R.**

Crise financeira

5 PERGUNTAS A

Maximiano Martins

Deputado e economista

"Mais vale confiar em quem deu provas"

"A crise financeira internacional é "complexa e ponto de convergência de vários choques" e constitui um "pesado golpe para os ultraliberais", assegura o deputado Maximiano Martins. Para este economista do PS, apesar de pode haver "surpresas desagradáveis", tudo indica que, na União Europeia e em Portugal, a exposição dos bancos a esta crise possa "não ter um elevado dramatismo".
O lado bom da questão é que o actual momento económico-financeiro é propício à "ideologia e às políticas públicas acertadas"

Qual a natureza e a verdadeira dimensão da actual crise económico-financeira mundial?

Importa distinguir situações porque existem várias crises nesta crise.

O sistema económico a nível nacional como internacional funciona por ciclos, com variações temporais variadas – há ciclos curtos como há ciclos médios e longos. Sempre se assistiu, pois, a períodos de crise caracterizados por recessão e desemprego. Nalguns casos estas crises trazem rupturas e processos de mudança (emergência de novos sectores económicos versus sectores tradicionais; novas tecnologias e inovações de processos e produtos; novas formas de energia; etc.).

Há, porém, algo de novo nesta crise do início do século XXI. Já lhe chamaram a pior crise desde a II Guerra Mundial ou, ainda, desde a crise americana dos anos 30 do século XX. Mas, antes de mais, é a primeira crise do mundo global moderno. Propaga-se, pois, rapidamente a todo o mundo e exige compromissos e parcerias internacionais na sua resolução. Depois, atinge simultaneamente o sistema financeiro e a regulação económica – pilares importantes do sistema mundial de mercado. E conjuga-se, também simultaneamente, com desafios estruturais da economia mundial: o mais importante dos quais é a emergência das economias dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e o choque de procura que tal provoca – com sérias incidências, como todos têm sentido, na alta dos preços dos combustíveis e das matérias-primas e alimentares.

É, portanto, uma crise complexa e ponto de convergência de vários choques.

Que duração se pode prever para esta crise e este quadro de dificuldades?

Em boa verdade ninguém sabe a verdadeira amplitude da crise nem é capaz de determinar a sua duração previsível. As organizações internacionais – OCDE, Banco Mundial, FMI... – convergem no diagnóstico mas não arriscam quanto à duração. O que é seguro é que a esta fase do ciclo se seguirão, num futuro incerto, fases de crescimento... como sempre no passado.

Mas este não é um mero processo de ajustamento e de consequente regeneração – mesmo que dolorosa – do sistema. Tudo indica que as dificuldades serão persistentes nos próximos tempos tanto para a economia americana como para as economias europeias – onde é de prever um quadro de crescimento anémico. Outros espaços económicos do mundo poderão sofrer com a situação e os impasses da Organização Mundial do Comércio não ajudam nada.

Existe espaço para as políticas públicas e para abordagens ideológicas menos uniformizantes como aquelas que assistimos nas últimas décadas e que "arrastaram" a esquerda democrática. Lugar, pois, à ideologia e às políticas públicas acertadas.

E a actual crise financeira americana como se articula com esse quadro mais geral?

A crise dos mercados dos "subprimes" nos EUA junta a este quadro factores adicionais de séria perturbação. Recordo que esta década o mundo já sofreu duas crises fortes dos mercados financeiros: o "crash" das dotcom e a actual crise.

Esta é uma crise específica de um segmento financeiro especializado que, com a cumplicidade das empresas de "rating" e de auditorias e perante a impotência das entidades reguladoras, deixou crescer até ao absurdo um sistema de créditos hipotecários de alto risco baseado no pressuposto da valorização continuada e ilimitada dos bens imobiliários... o que não se verificou nem era uma hipótese válida e séria. É uma espécie de "Dona Branca"... mais criativa e sofisticada! Os preços dos imóveis caíram e todo o sistema ruiu.

Acresce que este crescimento de produtos financeiros – hoje designados de "produtos tóxicos"! – assumiu formas de produtos financeiros estruturados de elevada complexidade e opacidade. E alastrou-se a todo o mundo através de sistemas de titularização e de agentes financeiros e investidores que confiaram nas empresas de 'rating'.

Resultado: sérias dificuldades dos bancos e seguradoras nos EUA como na Europa, falências de instituições seculares e nacionalizações... mesmo nos liberais EUA. O Governo norte-americano numa semana (inimaginável há anos atrás) nacionalizou os gigantes do crédito hipotecário Fannie Mae e Freddie Mac, deixou falir o Banco de Investimento Lehman Brothers e finalmente nacionalizou a maior seguradora dos EUA, a AIG.

É também uma crise do capitalismo e das correntes neoliberais?

Sublinho que a crise financeira não se limitou aos produtos hipotecários de risco. Ela propagou-se ao conjunto dos créditos através daquele mecanismo da titularização e ao conjunto de investidores destes títulos (bancos, seguradoras, fundos de pensões, etc.).

E existe um outro elemento de crise importante: a perda de confiança tanto nos investidores como nos mercados interbancários e entre os grandes bancos internacionais. Ora não há mercados monetários sem tais laços de confiança...

É sem dúvida o fim do "mundo glorioso" de Reagan e de Thatcher e da sua saga desreguladora, depois continuada por muitos neoliberais e neoconservadores.

Recordo que em 1981 Ronald Reagan dizia: "O Estado não é a solução, mas o problema". Claro que hoje Bush dirá justamente o contrário ao apresentar ao Congresso o seu programa de saneamento da banca americana – o "Plano Paulson" que consiste em comprar com dinheiros dos contribuintes aqueles "activos tóxicos" (retirando-os do balanço dos bancos) que bloqueiam "o fluxo de crédito vital para a nossa economia". Pesado custo para os contribuintes! São 700 mil milhões de dólares, ou seja, três vezes o PIB português! Uma intervenção global necessária, sem dúvida. Mas, feita desta forma, será certamente onerosa para as contas públicas e sem retorno financeiro certo para o Estado.

Pesado golpe para os ultraliberais. Queda de teses e convicções. Crise dos que fazem do "livre mecado" uma ideologia e não um mero mecanismo de regulação. A noção de que há níveis insensatos na liberalização nos mercados financeiros e de uma elevada impotência e balcanização dos regimes de regulação e supervisão. Fim da ideia de uma grande capacidade de auto-regulação dos mercados. Menos terreno para a afirmação de que "quanto menos governo e mais mercado melhor". Mas não é o fim das ideias liberais e, menos ainda, do capitalismo moderno. Ouvir-se-á falar mais e mais de regulamentação, de regulação reforçada e alargada, de supervisão, de rigor para as entidades de notação, "rating" e auditoria, de cooperação internacional e de supervisores transnacionais. Também se falará de ética dos "grandes executivos" e dos seus mecanismos remuneratórios. E de Estado. Tudo coisas de que os liberais não gostam de ouvir falar.

Que impactos para a Europa e para Portugal?

Em tempos de globalização financeira nenhum país fica à margem desta crise. O Banco Central da China detém créditos sobre as companhias centrais desta crise Fannie Mae e Freddie Mac. Investidores de todo o mundo detêm dívida americana titularizada. Bancos e seguradoras da UE, bancos suíços e outros sofrem em graus variados impactos desta situação. Recordo que dois terços da economia da Irlanda é americana. O próximo futuro pode-nos reservar surpresas desagradáveis...

Tudo indica, porém, que, na UE e em Portugal, a exposição dos bancos a esta crise possa não ter um elevado dramatismo.

Preocupantes são também os impactos sobre a economia real por via particularmente das restrições ao crédito que afectam fortemente o investimento na economia. Este condicionamento e encarecimento do crédito é tanto mais importante quanto no caso português se está perante níveis de sobreendividamento geral – bancos, famílias, país. Mas a economia real sofre também com a queda dos níveis de confiança que esta crise arrasta e com as perdas bolsistas.

Tempos difíceis. Mas uma grande oportunidade para reformar profundamente instituições e mecanismos de regulamentação, de regulação e de supervisão. Tempo para mexer na governação das empresas e para falar na ética nos negócios. Também uma grande oportunidade política: porque em tempos de dificuldades, de incerteza e de tormenta os portugueses poderão tender a acreditar que mais vale a pena confiar em quem já deu provas e numa esquerda que acredita que o Estado serve para alguma coisa.

Governo vai investir 400 milhões de euros na modernização tecnológica das escolas

O Governo português vai dotar o orçamento do Ministério da Educação com mais cerca de 400 milhões de euros destinados a melhorar e aumentar a capacidade dos estabelecimentos de ensino com novas tecnologias, anunciou o primeiro-ministro no primeiro debate quinzenal da quarta sessão legislativa, acrescentando que a Educação tem de estar na linha da frente das mudanças tecnológicas.

TENDO como pano de fundo a crise financeira que alastra a todos os países, dos Estados Unidos à Europa, o primeiro-ministro José Sócrates, respondendo a Francisco Louçã, no primeiro debate após as férias de Verão, lamentou que a situação financeira portuguesa esteja a sofrer as consequências do que classificou ser uma "total irresponsabilidade" por parte dos organismos norte-americanos de supervisão, garantindo que perante o cenário que se desenrola, e de forma a evitar que a situação se agrave ainda mais, o Governo português vai avançar muito em breve com medidas concretas em matéria de regulação.

Fora das críticas do primeiro-ministro está para já a política empreendida pelos governadores do Banco Central Europeu (BCE), aconselhando, contudo, o primeiro-ministro que este organismo mostre sensibilidade reduzindo "as tensões inflacionistas", dando assim "uma ajuda à economia".

Sócrates não tem dúvidas que o conjunto dos governadores do BCE não deixará de olhar nos próximos dias com toda a atenção que o assunto merece para a diferença "entre as taxas de juro praticadas nos Estados Unidos e a definida na Europa", recordando que nos EUA a taxa fixada pela Reserva Federal está nos dois por cento, enquanto que a taxa de juro definida pelo BCE se encontra nos 4,25%, preconizando assim uma redução das taxas praticadas na Europa.

Não deixando de frisar que o Banco Central Europeu "é uma autoridade monetária independente", e que tanto ele como o Governo português "sempre defendemos a sua independência", o primeiro-ministro não deixou contudo de reafirmar a sua confiança nos governadores do BCE para que venham proximamente a rever as actuais taxas de juro, dando, como referiu, uma ajuda à economia real dos países.

Escolas na linha da frente das mudanças tecnológicas

Outro dos temas abordados neste primeiro debate após as férias de Verão, tema lançado pelo PS, foi a educação, tendo José Sócrates reafirmado a vontade e a determinação do Governo em colocar as escolas no primeiro plano das mudanças tecnológicas. Neste sentido, anunciou que o Estado vai investir 400 milhões de euros nos próximos anos na modernização tecnológica dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente, em áreas tão sensíveis e determinantes, como as classificou, como a instalação da Internet e de quadros interactivos em todas as salas de aula, mas também no aumento da velocidade da Internet em banda larga e no projecto "Magalhães" com a distribuição maciça de computadores a todas as crianças do ensino básico.

Queremos, disse o primeiro-ministro, que os cidadãos que entrem daqui a quinze anos no mercado de trabalho já não tenham, como hoje ainda se detecta em muitos portugueses, qualquer dificuldade ou constrangimentos por desconhecerem inglês ou por não estarem preparados para usar as novas tecnologias.

Na sequência do apelo feito pelo líder do Grupo Parlamentar, Alberto Martins e da deputada socialista Manuela de Melo, que defenderam "à centralidade das políticas da educação", o primeiro-ministro aproveitou a ocasião para criticar a oposição, "sobretudo o PSD", que nem sequer, como disse, "foi capaz de elogiar as políticas que este Governo desenvolveu no âmbito da acção social escolar", que tiveram como resultado imediato, como acentuou, o facto de terem aumentado a cobertura de 250 mil alunos para mais de 700 mil", facto que para José Sócrates não é mera propaganda, "como a oposição tanto gosta de acusar o Governo", mas de números verdadeiros que resultam, garantiu, de políticas adequadas "que este Executivo foi capaz de empreender e de aprovar".

Em resposta à questão do PEV sobre os casamentos homossexuais, o primeiro-ministro afirmou que o tema "não está na agenda política do Governo nem do PS", salientando que nem o Governo nem o Partido Socialista "andam a reboque de nenhum outro partido", rejeitando, por isso, e "nesta legislatura", a legalização dos casamentos homossexuais.

Em relação ao conjunto de investimentos públicos já anunciados, o primeiro-ministro garantiu que o plano do Governo em matéria de obras públicas "não será posto em causa", apesar do cenário de crise, reafirmando a clareza dos investimentos preconizados pelo seu Executivo, não deixando todavia de acusar o PSD de uma vez mais "não apresentar ao país nenhuma proposta concreta sobre quais as obras que em sua opinião devem prosseguir e quais as que deveriam parar". **R.S.A.**

Serrasqueiro pede intervenção da Comissão Europeia sobre chamadas móveis

O SECRETÁRIO de Estado do Comércio Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, alertou a Comissão Europeia para a questão da tarifação das chamadas telefónicas realizadas através de telemóvel no mercado nacional.

Em cartas enviadas às comissárias da Defesa do Consumidor, Meglena Kuneva, da Sociedade de Informação e Meios de Comunicação, Viviane Reding, e da Concorrência, Neelie Kroes, Fernando Serrasqueiro salienta as desvantagens para os consumidores da tarifação ao minuto e propõe que esta questão seja objecto de uma discussão a nível europeu que poderá resultar numa resolução ou recomendação da Comissão.

O debate em torno das tarifas nas comunicações móveis está na ordem do dia em toda a Europa. E a Comissão Europeia quer intervir mais uma vez no mercado das telecomunicações para fazer baixar os preços dos SMS trocados entre consumidores dos Estados-membros, que considera elevados e que, em muitos casos, chega a ser dez vezes mais do que o valor de um SMS enviado dentro do país de residência.

Há um ano, a Comissão Europeia obrigou os operadores a cortarem no preço do "roaming" e agora defende que a facturação se faça ao segundo. Segundo contas da própria Comissão, com o actual sistema de facturação os consumidores chegam a pagar quase mais 20% do que o tempo real de comunicação que utilizaram.

Aproveitando a oportunidade deste debate, o secretário de Estado do Comércio Serviços e Defesa do Consumidor quer que a Comissão Europeia olhe para a realidade dos mercados dos Estados-membros e propõe nesse sentido que a questão da tarifação ao segundo das chamadas telefónicas realizadas nos territórios nacionais seja objecto de um debate alargado entre os Governos dos Estados-membros, as entidades reguladoras do sector e a sociedade civil.

Na missiva enviada às comissárias, o Secretário de Estado cita um estudo académico (Julho de 2007) de um professor da Universidade de Alicante em conjunto com um membro da Autoridade da Concorrência sobre o impacto para a carteira dos consumidores da cobrança de chamadas ao minuto.

Nesse trabalho pode ler-se que em Portugal "todos os operadores impõem uma duração mínima de 60 segundos, cobrando um custo fixo pelo primeiro minuto".

O estudo conclui que "os consumidores têm uma perda monetária substancial devido à existência de uma duração mínima para as chamadas de telemóvel. Por mês, os clientes da TMN, Vodafone e Optimos perdem, respectivamente, 4,28 euros, 6,20 euros e 4,79 euros. Estes valores representam, respectivamente, mais 34,65%, 37,62% e 40,36% do que o valor efectivamente gasto".

Fernando Serrasqueiro refere ainda que, em Portugal, tal como em outros Estados-membros, os consumidores têm ao seu dispor uma imensa variedade de tarifas para os telefones móveis, o que não lhes permite fazer uma comparação custo/benefício. "Um mercado sem transparência de preços onde se torna difícil comparar os produtos e serviços disponíveis, é um mercado onde a concorrência não funciona", sublinha.

PS/Madeira quer Governo Regional a suportar aumento no preço das viagens dos estudantes

O GOVERNO Regional deve suportar os custos dos aumentos das tarifas aéreas para os estudantes madeirenses, resultantes da liberalização aérea, defendeu o líder do PS/Madeira, João Carlos Gouveia.

"Não podemos aceitar que o Governo Regional se tenha esquecido dos madeirenses quando pediu e assinou um acordo para a liberalização do transporte aéreo que, segundo um seu governante, foi histórico", disse João Carlos Gouveia, em conferência de Imprensa.

O presidente do PS/Madeira reagia assim às críticas que têm surgido contra os preços pedidos pela transportadora aérea nacional, mais caros do que o ano passado e com a impossibilidade de existir um preço para os estudantes universitários como havia anteriormente.

"Agora, pedir contas à TAP, ao Governo da República ou à Assembleia da República pelo aumento do preço das passagens aéreas é patético e ridículo", referiu o dirigente socialista, acrescentando que a liberalização aérea, "até agora, só foi bom para o turismo".

Segundo João Carlos Gouveia, "apenas o Governo Regional pode alterar esta situação, através da intervenção da Secretaria Regional da Educação responsabilizando-se pelo aumento dos custos das passagens aéreas".

O presidente do PS/M, que acusou ainda o Executivo de João Jardim de "apenas governar para os mais poderosos", concluiu que "só com um governo socialista na Madeira é que a autonomia estará ao serviço de todos os cidadãos".

Deficiências em empresa de transporte de doentes

Entretanto, o coordenador autárquico do PS/Madeira, Rui Caetano, criticou a falta de qualidade e eficiência do serviço prestado pela nova empresa de transporte de doentes desta região autónoma.

Segundo Rui Caetano, têm surgido muitas críticas, por parte dos utentes, relacionadas com problemas de falta de marcação e as horas de atraso na realização dos transportes.

"Esta empresa representou um investimento de um milhão de euros, dispõe de 26 viaturas e tem ao serviço 90 funcionários, tendo sido criada para prestar um serviço de qualidade e eficiente, mas isso não tem acontecido", disse.

Por isso, o coordenador autárquico do PS/Madeira defende que estas dificuldades "têm de ser analisadas, pois não podem ser os doentes a pagar mais uma vez a factura só porque são o elo mais fraco".

FRO CRIA CLUBE DE POLÍTICA

A FEDERAÇÃO Regional do Oeste (FRO) do PS vai criar um clube de política, incluindo concelhos do distrito vizinho de Leiria, para "colocar todos os autarcas socialistas da região a conversarem numa mesma estrutura, de forma articular e apresentar linhas comuns de estratégia política ao nível da região do Oeste", afirmou Rui Prudêncio, presidente da FRO.

Segundo referiu ao "Acção Socialista", com esta nova estrutura "os autarcas do PS do Oeste têm agora um espaço comum para tratar de questões de âmbito regional, o que antes não acontecia".

"Será uma estrutura que reunirá autarcas da área dos 12 concelhos da Associação de Municípios do Oeste (AMO), os presidentes e secretariados das duas federações (Oeste e Leiria) e os presidentes das comissões políticas concelhias", disse ainda o líder da FRO.

A Associação de Municípios do Oeste (AMO) integra 12 concelhos, dos quais seis são do distrito de Leiria e os outros seis pertencem ao distrito de Lisboa (área Oeste).

Para Rui Prudêncio, "a criação desta nova estrutura é o primeiro passo para o alargamento, sabendo-se que as fronteiras da AMO serão as da nova comunidade intermunicipal".

PS/VALONGO CONTRA AUMENTO DAS TAXAS DE IMI NO CONCELHO

"INADMISSÍVEL" é como o PS/Valongo qualifica o aumento verificado nos últimos anos da taxa de IMI no concelho, decidida pela maioria do PSD que gere a câmara municipal.

"Obrigam assim as famílias a suportar uma pesada factura", acusam os socialistas de Valongo em comunicado, onde salientam que, apesar de ser um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP) onde a habitação é, em média, mais barata, Valongo viu o IMT crescer 75% e o IMI aumentar 56% entre 2004 e 2007.

"Acima de alguns concelhos metropolitanos onde a habitação é em média mais cara", refere o PS/Valongo, considerando por isso que esta situação é "inadmissível".

"Tem como única justificação a teimosia da gestão do PSD, que tem impedido a correcção necessária, tendo em conta as dificuldades que a maioria dos nossos munícipes atravessa", sustentam os socialistas valonguenses.

Afonso Lobão, porta-voz do PS/Valongo, salienta ainda que "além das várias taxas e derramas anualmente actualizadas pela câmara, os residentes no concelho ainda pagam as rampas, os parquímetros e o IMI".

PS/Porto lamenta desfecho inglório da recuperação do Bolhão

A COMISSÃO Política Concelhia do Porto do PS lamentou "o desfecho inglório" agora anunciado pela Câmara do Porto do processo de recuperação do Mercado do Bolhão.

Em comunicado, Orlando Soares Gaspar, líder desta estrutura socialista, refere que o processo de recuperação do Mercado do Bolhão apresentado pela autarquia do Porto mereceu, "desde o início, as maiores dúvidas".

O PS/Porto reagia à aprovação pelo Executivo da Câmara do Porto, presidido por Rui Rio, do PSD, de uma proposta que anula a adjudicação da requalificação do Bolhão à TramCroNe (TCN) e admite que, até final de Setembro, seja apresentada uma nova solução para o mercado.

A proposta, que põe fim às negociações com a TCN, apresentada no dia 23 em reunião pública do Executivo, contou com a aprovação dos vereadores da maioria PSD/CDS-PP e do autarca da CDU e a abstenção dos cinco vereadores do PS.

Para o PS/Porto, o projecto proposto pela Câmara e agora anulado implicava uma "descaracterização" do mercado do Bolhão, edifício que considera "uma peça emblemática da cidade".

Orlando Soares Gaspar defende a concretização do projecto anterior do arquitecto Massena, efectuado durante os mandatos do PS, e que, na sua opinião, poderá beneficiar dos apoios do QREN, além de eventuais parcerias com privados.

O dirigente socialista defende ainda que o futuro projecto deverá resultar da convergência de novas contribuições "das gentes da cidade, do Governo e dos investidores".

OPINIÃO

É SÓ MÁ CONJUNTURA!

VENTURA LEITE
Deputado do PS
jleite@ps.parlamento.pt

Não excluo que nos próximos tempos o Banco de Portugal, com as reservas monetárias que mantém, tenha que intervir no sistema bancário nacional

EM ABRIL, escrevia aqui chamando a atenção para o que considerei ser, e repito, " um quadro político, social, e económico estranho, imprevisível, logo perigoso".

Voltei a referi-lo em Junho, não para testar a paciência dos leitores do "AS", mas para lembrar como a classe política se revela incapaz de se antecipar aos acontecimentos, apesar de toda a informação disponível.

Por razões do politicamente correcto, nenhum país europeu, salvo, em certa altura o Presidente francês, ousou confrontar a UE com o papel desempenhado pelo Banco Central Europeu na decorrência do seu mandato de controlar os preços(inflação) e salvaguardar a cotação do euro, e as novas condições económicas da Europa e do mundo.

Esta é uma limitação que só contribui para manter a Europa numa situação subalterna, que acabará por pôr em causa o interesse no aprofundamento da própria União.

Na realidade, seria perante o quadro de problemas e desafios com que hoje as economias europeias se confrontam que interessaria perceber a capacidade de reacção de uma União Europeia. E não é o Tratado de Lisboa, ainda não aprovado, que o impede.

O que o impede é a autolimitação que cada país se impõe para não ferir susceptibilidades entre o países europeus.

Nos Estados Unidos, com uma inflação na ordem dos 5%, não é por isso que a Reserva Federal se coíbe de fixar as taxas de juro abaixo dos 2%. Ou seja, as autoridades americanas percebem muito bem que os efeitos inflacionistas do aumento dos preços do petróleo, dos alimentos e matérias primas, não se atacam com o aumento das taxas de juro, como pretende o BCE, mas com o investimento na eficiência da economia. Escolhem entre dois males, o menor.

O BCE está a emprestar somas astronómicas de dinheiro aos bancos europeus por causa da crise financeira e de liquidez, mas a limitar o recurso ao crédito para investimento.

Com esta opção está a ser o coveiro da economia europeia, mas só o saberemos em concreto quando o presidente do BCE o reconhecer, um dia, nas suas memórias.

As diligências que nestes dias a Administração americana tem vindo a efectuar no sentido de salvar algumas instituições financeiras não visa, prioritariamente, como se percebe, proteger accionistas, clientes ou pensionistas, mas preservar a capacidade das instituições de continuarem a intervir na economia, pois de contrário será a economia que pode entrar em recessão muito grave.

É mais uma derrota do liberalismo, na senda de outras ocorridas ao longo da história, que me escuso de referir.

Contrariamente ao que muitos defendem, incluindo alguns socialistas, o papel do Estado não é apenas fazer funcionar o mercado.

As últimas décadas produziram novamente um deslumbramento entre políticos, incluindo de esquerda, sobre as maravilhas da economia de mercado. O único problema é que a factura vem sempre depois, e é cada vez mais pesada em termos de desperdício de recursos, de ambiente, de clima e de desigualdades sociais. O sistema financeiro foi decisivo no consumismo e no desperdício nas economias ocidentais, até chegarem ao mercado economias gigantescas, a disputar os mesmos recursos naturais e a competir com salários mais baixos. O abrandamento das economias ocidentais leva primeiro ao aumento do desemprego, depois à diminuição do consumo e degradação das expectativas, e por fim à recessão. Chegados aqui, as prestações do crédito deixam de ser pagas, e da economia em dificuldades passa-se para a crise financeira.

Os bancos nacionais, diz-se, estão a salvo desta crise.

O que se não diz é qual será, depois desta crise, a capacidade da banca nacional ajudar a economia nacional – mesmo que a toque de raspão em relação ao "subprime" – agravada pelo actual nível de endividamento à banca internacional.

Um sistema bancário que cresceu a financiar aplicações financeiras bolsistas, consumo e habitação, e a aceitar como garantias reais, acções, casas a preços sobrevalorizados ou mesmo especulativos, como no caso de terrenos, estará muito mais debilitado do que possa parecer.

Para já, os portugueses estão a pôr termo às suas aplicações financeiras e a transformá-las em depósitos. Gesto avisado, mas que revela uma desconfiança que pode depois atingir o sistema bancário.

Eu não excluo que nos próximos tempos o Banco de Portugal, com as reservas monetárias que mantém, tenha que intervir no sistema bancário nacional, cuja utilidade se encontrará largamente debilitada.

E ainda há quem defenda a privatização da Caixa Geral de Depósitos.

Espero estar totalmente errado.

O renascer de Sines como potência petroquímica

"O CONJUNTO de investimentos previstos para Sines nos próximos anos mostram que está de regresso o seu sonho de ter um dos maiores complexos petroquímicos do mundo", afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no final da sessão que assinalou a ampliação do complexo petroquímico de Sines da Repsol.

Trata-se de um projecto de investimento que vai permitir exportar 500 a 600 milhões de euros, a partir de 2011, e criar 1500 novos postos de trabalho na fase de construção e 120 empregos directos e 250 empregos indirectos na fase da operação.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro relacionou os investimentos petroquímicos em Sines com uma "mudança no ambiente de negócios em Portugal", já que, lembrou, "este projecto de investimento da Repsol foi anunciado em 2006, mas foi aprovado e licenciado pela administração pública portuguesa em dois anos".

José Sócrates referiu que a rapidez na aprovação de projectos de investimento "está a tornar Portugal um país conhecido como tendo um bom ambiente de negócios", adiantando, no entanto, que, além dos investimentos privados na região de Sines, o Estado também fará a sua parte, sobretudo no domínio da construção de infra-estruturas.

"Temos em concurso a ligação entre Sines e Beja do Itinerário Principal 8 (IP8), o projecto do aeroporto de Beja, a ampliação do porto de Sines, e projectos de modernização ferroviária", disse.

Segundo sublinhou o primeiro-ministro, Sines "vai entrar finalmente num novo ciclo de desenvolvimento" e todos os projectos de investimento em curso nesta região "contribuirão para o aumento das exportações nacionais e para a criação de postos de trabalho".

Sócrates garante que aposta nas energias renováveis vai continuar

A "FORTE aposta" de Portugal nas energias renováveis nos últimos três anos vai continuar, garantiu o primeiro-ministro, José Sócrates, reiterando que esta é a estratégia certa para fazer face ao "choque petrolífero" actualmente em curso.

Segundo Sócrates, "é absolutamente fundamental que o país tome consciência que não deve estar tão dependente do petróleo, e a melhor forma de reduzir essa dependência é aumentar a percentagem de electricidade baseada em energias renováveis, aproveitando a energia que podemos produzir aqui".

José Sócrates falava em Viana do Castelo, durante a cerimónia de lançamento da primeira de uma fábrica de pás de rotor da Enercon, um investimento de 55 milhões de euros que criará 500 postos de trabalho e que integra um "cluster" eólico que aquela empresa alemã está a instalar no concelho.

O chefe do Governo lembrou que nos dois anteriores choques petrolíferos "todos disseram" em Portugal que era preciso reduzir a dependência do petróleo, mas "nada se fez".

"Não estou disponível para que tudo volte a acontecer sem ninguém fazer nada. Ninguém nos perdoaria se, daqui a 15 ou 20 anos, aqui estivessem os actores da nova geração dizendo que vivemos o terceiro choque petrolífero e nada fizemos. Não quero que isso aconteça", disse.

O primeiro-ministro sublinhou a aposta que tem sido feita pelo Governo nos últimos três anos na energia eólica e hídrica, assegurando que estes continuarão a ser os sectores que "puxarão" pela energia do país.

Três anos depois, acrescentou, "podemos dizer que Portugal está numa situação no mundo que nos coloca no conjunto de países mais evoluídos em termos de energias renováveis".

José Sócrates disse ainda que esta aposta nas energias renováveis é também "essencial" para a modernização da indústria e da economia do país, apontando como exemplo o "cluster" que a Enercon está a instalar em Viana do Castelo.

Este "cluster" integra ainda uma outra fábrica de pás de rotor, uma fábrica de geradores, uma unidade de mecatrónica, uma fábrica de torres de betão e um centro administrativo e de formação.

No total, significa um investimento de 200 milhões de euros e vai criar 2500 postos de trabalho directos e 7500 indirectos.

Por sua vez, o ministro da Economia, Manuel Pinho, lembrou que o país passou de uma potência instalada de 500 megawatts de energia eólica em 2004 para os actuais 2500 megawatts, um valor que até 2010 subirá para 5000.

Trata-se de uma aposta que permitirá poupar mais de mil milhões de euros por ano, quer em termos de CO2 quer em termos de combustíveis fósseis.

Contratos locais de segurança alargados a todo o país

O MINISTRO da Administração Interna, Rui Pereira, anunciou o alargamento dos contratos locais de segurança a todos os concelhos portugueses, adiantando que serão assinados em breve contratos com Odivelas, Sintra, Faro e Viseu.

Rui Pereira, que falava no dia 19, à margem de uma reunião em Vila Real com todos os governadores civis do país, referiu que depois do Porto e Loures, serão assinados contratos locais de segurança "com todas as câmaras que se mostrarem disponíveis", acrescentando que já estão a ser negociados contratos com Odivelas, Sintra, Faro e Viseu.

Estes contratos inserem-se na Estratégia de Segurança para 2008, definida pelo Governo, que tem vindo a ser concretizada, nomeadamente, pelo reforço das políticas de policiamento de proximidade.

Segundo sublinhou o ministro, "segurança é polícias na rua, mas é também o recurso às novas tecnologias, à videovigilância, à georeferenciação e a um programa de proximidade em relação às populações envolvendo representantes das comunidades e mediadores".

Os contratos visam, referiu Rui Pereira, reduzir os índices de criminalidade, a violência doméstica, comportamentos anti-sociais e o sentimento de insegurança, garantindo parcerias entre o Governo, o Ministério da Administração Interna, forças de segurança, as autarquias, organizações não governamentais ou outras associações que possam dar um contributo decisivo para a segurança.

O ministro da Administração Interna recordou a presença policial massiva nas ruas, que considerou ser muito reconfortante para a população, as acções preventivas com vista a apreensão de armas, detenção suspeitos e apreensão droga que circule ilicitamente, e o "grande esforço desenvolvido no domínio da investigação criminal".

Novas tecnologias reforçam eficácia da Justiça

O RECURSO às novas tecnologias na área judicial aumenta a eficácia dos sistemas, melhora o seu funcionamento e oferece mais e melhores soluções para os cidadãos e para as empresas, afirmou o ministro da Justiça.

Alberto Costa falava no dia 18, em São José, na Costa Rica, na XVI Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, subordinada ao tema "Novas Tecnologias na Justiça".

No seu discurso, o ministro considerou "mais relevante o facto de o recurso às novas tecnologias representar mais do que uma alternativa um reforço da eficácia dos sistemas, uma optimização do seu funcionamento e, com isso, um reafirmar da Justiça como dever do Estado para com os cidadãos".

Para Alberto Costa, "a velocidade da inovação tecnológica e a emergência de novas soluções conduzem a uma exigência suplementar no campo da administração da Justiça", acrescentando que a sua utilização "deve orientar-se pelo objectivo de trazer soluções aos cidadãos e às empresas".

Assim, segundo o ministro da Justiça, as novas tecnologias não devem ser "uma ferramenta interna do sistema, algo que existe apenas para tribunais e administrações públicas", mas "concebida, implementada e utilizada tendo em vista o cidadão e as empresas, pois só assim será verdadeiramente eficaz".

Trata-se, frisou, "de diminuir a burocracia, eliminando formalidades desnecessárias e reforçando a transparência da administração, com isto permitindo levar a cabo um mais eficaz combate à corrupção no sector".

Na sua intervenção, Alberto Costa disse ainda que em Portugal "as reformas progrediram e os resultados são encorajadores", lembrando que "tem sido feito um considerável investimento na desmaterialização dos processos judiciais".

E deu como exemplo o projecto CITIUS, implementado em 2007 e que pretende aligeirar procedimentos nos tribunais e no Ministério Público, libertando estas entidades de tarefas meramente burocráticas.

Alberto Costa lembrou, também, que "hoje é possível a qualquer advogado entregar peças processuais e documentos através da Internet", assim como um magistrado pode assinar de forma digital, despachando o processo electronicamente com toda a segurança.

A reforma dos Registos, a "Empresa na Hora", o projecto "Nascer Cidadão", o "Cartão do Cidadão", o Balcão "Casa Pronta" e o "Documento Único Automóvel", entre outros, foram também exemplos dados pelo ministro para demonstrar a utilização das novas tecnologias no sector da Justiça em Portugal.

Por outro lado, assinalou ainda, na justiça penal as novas tecnologias também "têm revelado o seu potencial", nomeadamente através das "medidas alternativas às medidas de detenção".

MINISTRO DA CULTURA INCENTIVA GOSTO PELA LEITURA A ALUNOS DO 1º CICLO

"LER é como andar" e aprender a escrever é essencial para defender a língua portuguesa, defendeu o ministro da Cultura perante os alunos do 1º ciclo da Escola EB 2,3 Joaquim de Barros, em Paço de Arcos.

José António Pinto Ribeiro foi um dos governantes que se deslocaram no dia 17 às escolas primárias para oferecer um livro infantil aos alunos do 1º ciclo, no âmbito da iniciativa "Um livro novo para cada novo leitor", do Plano Nacional de Leitura (PNL).

Na biblioteca daquela escola, cerca de 30 crianças receberam exemplares do livro "O meu avô", de Manuela Bacelar, ao mesmo tempo que o ministro da Cultura os incentivava a ler.

"Ler é como andar. Quando sabemos ler, podemos conhecer muitas coisas que estão longe de nós e fazer amigos que estão à nossa espera nos livros", disse o ministro, dirigindo-se à pequena plateia.

O projecto "Um livro novo para cada novo leitor" representa a oferta de 115 mil livros infantis para outros tantos alunos do 1º ciclo de escolaridade do ano lectivo que agora começou.

A distribuição dos títulos de literatura portuguesa e estrangeira, recomendados pelo PNL, abrange 6500 escolas da rede pública de ensino e 600 estabelecimentos de ensino privado.

No final da entrega dos livros naquela escola, o ministro da Cultura sublinhou que estas iniciativas são essenciais para incutir hábitos de leitura nas crianças, para que, no futuro, saibam usar melhor a língua portuguesa.

"É um esforço que é feito nas escolas e nas bibliotecas para ensinar a ler desde pequeno e nesse aspecto o próprio Plano Nacional de Leitura tem sido um êxito", acrescentou.

OPINIÃO

BRAVO NICO
Deputado do PS

MELHOR ESCOLA PÚBLICA

Mais igualdade de oportunidades, mais justiça social e mais democracia

INICIOU-SE mais um ano lectivo. Um momento importante na vida dos estudantes, dos professores, das famílias, das escolas e, naturalmente, do país.

Um ano lectivo que consolidará as políticas educativas do Governo do Partido Socialista e que evidenciará, de forma mais clara e concreta, os avanços na quantidade e na qualidade do exercício de um dos mais fundamentais direitos de cidadania: o direito à educação.

O que são, na actualidade, os principais sinais e indicadores do nosso sistema educativo? Que mudanças se sedimentaram no serviço educativo prestado pelas escolas aos cidadãos? Que papel desempenha, hoje, a escola pública na sociedade e na democracia portuguesas?

1. Há mais alunos na escola: há mais crianças na educação pré-escolar e continua a reforçar-se a rede neste ciclo de ensino, através dum forte investimento do Estado, em parceria com autarquias e instituições da sociedade civil; há mais 30 mil estudantes nos cursos de matriz profissionalizante no ensino secundário; há mais meio milhão de adultos inscritos na rede pública de educação e formação concretizando processos pessoais de valorização académica e profissional;
2. Há mais condições para trabalhar nas escolas: há 50 novos centros escolares em funcionamento e cerca de 600 encontram-se aprovados e financiados; todas as escolas secundárias do país irão ser completamente remodeladas (quatro já estão concluídas, 26 estão em obras e 75 têm os seus projectos aprovados; 880 mil estudantes e professores receberão computadores pessoais, que aumentarão as respectivas capacidades de trabalho;
3. Há mais trabalho nas escolas: a Escola a Tempo Inteiro consolidou-se em todo o 1º ciclo do ensino básico; os cursos profissionais abrangem cerca de metade dos estudantes do ensino secundário; desapareceram os feriados no quotidiano dos estudantes;
4. Há mais organização, maior rigor e mais responsabilidade nas escolas: há um novo Estatuto da Carreira Docente, que valoriza o trabalho e premeia o mérito dos professores; há maior rigor na avaliação de professores e das escolas; há maior número de contratos-programa celebrados entre as escolas e o Ministério da Educação; há maior responsabilidade das autarquias, dos pais e das instituições locais na decisão e gestão escolares; há maior acompanhamento e apoio por parte das direcções regionais de educação e maior fiscalização e presença nas escolas, por parte da Inspecção-Geral da Educação;
5. Há mais igualdade de oportunidades e maior justiça social no sistema educativo: há, hoje, 700 mil estudantes que beneficiam da Acção Social Escolar e um milhão e seiscentos mil viram os seus passes de transporte reduzidos em metade do preço; todos os estudantes do ensino secundário estão, pela primeira vez, abrangidos pelo apoio social escolar; a Escola a Tempo Inteiro permitiu que todos os jovens do 1º Ciclo do ensino básico tenham acesso, gratuito, às actividades de enriquecimento curricular, onde se inclui o inglês, as expressões plástica, musical, dramática e físico-motora, numa escala nunca antes verificada; há mais e mais diversificadas medidas de combate ao insucesso e abandono escolares;
6. Há mais resultados: as taxas de insucesso e de abandono apresentam os valores mais baixos da última década; as aprendizagens concretizadas nas escolas estão mais próximas das necessidades e expectativas das pessoas e das famílias e são mais instrumentais para o esforço de desenvolvimento do país.

Há, hoje, 700 mil estudantes que beneficiam da Acção Social Escolar e um milhão e seiscentos mil viram os seus passes de transporte reduzidos em metade do preço

Uma escola pública mais presente na vida dos cidadãos, das instituições e do país, organizada de forma mais rigorosa e socialmente mais responsável, mais escrutinada pela sociedade e mais aberta à participação daqueles a quem destina o seu serviço público é uma escola pública que corresponde à essência da matriz axiológica do Partido Socialista e se afirma, definitivamente, como instrumento fundamental da contínua construção da igualdade de oportunidades, da justiça social e da democracia.

Governo transfere competências do sector educativo para as autarquias

"Esta iniciativa representa uma das maiores operações de descentralização realizadas no nosso país desde o 25 de Abril de 1974

"Não se trata de nenhum experimentalismo. Esta reforma já foi testada em outros países desenvolvidos com óptimos resultados

JOSÉ SÓCRATES

O Governo assinou com um conjunto largo de autarquias contratos para a transferência de competências educativas em áreas como a manutenção do parque escolar, remuneração de funcionários, gestão e organização.

ESTA iniciativa representa a descentralização de competências do poder central para o poder local para mais de 11.500 funcionários não docentes e a gestão de cerca de 225 escolas em todo o país.

Como sublinhou o primeiro-ministro na cerimónia solene de assinatura, que decorreu em Lisboa, no auditório da Feira Internacional de Lisboa (FIL), a cooperação estratégica que o Governo passa a estabelecer com as autarquias que desde já aderiram – outras se seguirão, garantiu o chefe do Executivo – permite "concretizar uma das maiores operações de descentralização ao nível de competências na educação, algo que sucede pela primeira vez com estas dimensões desde o 25 de Abril de 1974".

Segundo o protocolo agora assinado, tanto o Governo como as autarquias assumem as suas responsabilidades. A passagem de mais de 11 mil funcionários da Administração Central para o âmbito do Poder Local, segundo Sócrates, não representa "uma reforma voluntarista", uma vez que, acentuou, "não estamos a fazer qualquer experimentalismo", uma vez que esta reforma, como a designou, "já foi testada em outros países desenvolvidos e com bons resultados".

Respondendo às críticas de alguns sectores, o primeiro-ministro disse que a "verdadeira defesa da escola pública" passa por projectos como este e que o verdadeiro problema que se estava a colocar ao ensino em Portugal era continuar a protelar iniciativas como esta, lembrando que "quem age pode cometer erros, mas quem não age já está a cometê-los".

A efectiva defesa da escola pública, acrescentou ainda, "faz-se com mudanças e não mantendo tudo tal como está", assumindo que as reformas "desenvolvem-se com os sectores mais progressistas e dinâmicos das sociedades", congratulando-se, por isso, "com os autarcas que aceitaram assumir novas competências".

Criticando os que no passado reivindicavam maior dinâmica e novas apostas na descentralização e desconcentração do Poder Central, e que agora vêm reprovar esta iniciativa do Governo, Sócrates considera que esta atitude mais não demonstra do que "uma postura de mera retórica", lembrando, como lhe chamou, "um curioso hábito português" que passa por reivindicar reformas "mas também um curioso hábito de preguiça na sua concretização".

Ou seja, acrescentou, muitas são as forças políticas e sociais que há muito tempo exigem aos sucessivos governos que implementem reformas nos diversos sectores da sociedade portuguesa, mas quando surge um Governo, como o actual, disposto a proceder e aprovar um conjunto de reformas tão importantes e estruturantes para o quotidiano do povo português como a descentralização de competências na educação, são essas mesmas forças políticas, que antes reivindicavam reformas, que agora não se coíbem de criticar quem se mostra disposto e competente para avançar com as alterações e as mudanças que os assuntos exigem.

O primeiro-ministro, por outro lado, rejeita a ideia de que a Administração Central possa vir a ter alguns ganhos financeiros com esta iniciativa, uma vez que as negociações desenvolvidas com os autarcas "foram detalhadas e feitas com total transparência", garantindo "que não ficará um tostão no Estado quando transferirmos as competências para as autarquias", classificando-as, a este propósito, "como parceiros de mudança".

Reforma ajuda a resolver problemas

Para a ministra da Educação, esta reforma vem colmatar uma antiga e velha reivindicação das autarquias, sublinhando que esta reforma "não pretende livrar o Ministério da Educação da tarefa da gestão das escolas", mas antes, como garantiu, "ajudar a resolver melhor os problemas".

Depois de afirmar que o número de autarquias que aderiram desde já a este protocolo com a Administração Central "supera em muito as expectativas governamentais", Maria de Lurdes Rodrigues acentuou que por enquanto só avançaram as câmaras municipais que se "mostram competentes e com disponibilidade para assumirem as novas responsabilidades", recordando que os protocolos agora assinados terão efeito já a partir do início de 2009 no âmbito do "futuro Orçamento de Estado", altura em que o Ministério da Educação, garantiu, irá transferir competências e todo o dinheiro que tem para este efeito, afiançando ainda que na altura "serão atribuídos meios extra às autarquias com mais necessidades".

Câmara de Évora mostra satisfação

O presidente da Câmara Municipal de Évora, o socialista José Ernesto Oliveira, foi um dos muitos autarcas do PS, a par de edis de outros partidos, que já vieram a público manifestar o seu apoio a esta iniciativa do Governo e do Ministério da Educação.

O autarca alentejano mostrou-se convicto de que as novas regras que estabelecem renovadas competências às autarquias em matéria de educação "são favoráveis à prestação de um melhor serviço à comunidade educativa", sublinhando que o seu município "não olha para esta iniciativa como um negócio", até porque considera "não vai trazer benefícios para as câmaras, mas sim mais responsabilidades".

Também José Rendeiro, presidente da Associação de Empresários pela Inclusão Social (EPSI), organização criada em 2006 por um grupo de empresários e gestores, considerou esta iniciativa como "verdadeiramente decisiva" para que Portugal comece finalmente a vencer a batalha do insucesso escolar, sublinhando também que a descentralização educativa é um primeiro passo para que o ensino no nosso país passe a ter maior qualidade e sucesso. **R.S.A.**

Primeiros três mil "Magalhães" distribuídos em 16 concelhos do país

Todos os alunos do 1º ao 12º anos de escolaridade podem ter acesso a um portátil em condições vantajosas e as escolas beneficiarão de acesso à Internet a uma velocidade de banda larga superior.

A iniciativa "E-escolinha" resulta de um conjunto de parcerias entre o Governo, a Intel, os principais operadores de telecomunicações – Optimus, TMN, Vodafone, Zon –, a Microsoft, a Caixa Mágica e as autarquias aderentes e permitirá a cerca de 500 mil crianças do 1.º ciclo do ensino básico acederem aos computadores portáteis "Magalhães"

O PROGRAMA governamental de acesso a computadores e à Internet vai ser alargado ao 5º e 6º anos do ensino básico. A novidade foi dada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no dia em que, secundado por 16 elementos da equipa governativa, participou na distribuição das primeiras três mil unidades do portátil "Magalhães" por escolas de norte a sul do país.

Segundo José Sócrates, os alunos poderão agora optar pelo "Magalhães", disponível, desde o dia 23 de Setembro, para os estudantes do 1º ao 4º ano de escolaridade, ou pelo "E-escola", destinado aos que frequentam o ensino do 7º ao 12º anos.

"Podem optar pelo programa que mais lhes convêm nas mesmas circunstância que os restantes alunos", disse.

Sócrates falava, em São Mamede da Infesta (Matosinhos), durante a sua visita à escola EB1 Padre Manuel de Castro, ocasião em que também lamentou que ainda haja quem se empenhe em desvalorizar o projecto "Magalhães", considerando que a atitude é própria de quem não precisa.

"Porque quem precisa da ajuda do Estado fica satisfeito por, finalmente, dispor de um programa capaz de responder a dois desafios: melhorar a educação e melhorar os índices de utilização de computadores", observou, vincando que este programa pretende ser "universal" e contribuir que Portugal se torne num país sem infoexcluídos.

"É dever do Estado propiciar uma boa educação, logo, também é seu dever colocar nas escolas a ferramenta principal do programa tecnológico: o computador", sustentou, garantindo que é isso o que o Governo se propõe fazer através deste projecto e que só assim será possível atingir excelentes níveis de aprendizagem, combater o insucesso, melhorar os resultados e "conseguir indicadores de utilização dos melhores do mundo".

"Estamos hoje a formar uma nova geração de portugueses que domina o inglês e as tecnologias de informação e comunicação. Será uma geração melhor preparada e em melhores condições para servir o objectivo do desenvolvimento do nosso país", frisou.

Ainda em relação ao E-escolinha, assinalou o facto de, pela primeira vez, entrarem em muitas casas computadores que, de outro modo, lá não chegariam".

Revolução e democratização do ensino

Também no terreno andou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, que, após inaugurar o Centro Escolar de Évora, entregou o "Magalhães", descrevendo o programa de atribuição destes portáteis como "o instrumento principal da democratização do ensino".

Por sua vez, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, salientou, na Brandoa, que os computadores portáteis são os novos materiais didácticos que os alunos do primeiro ciclo devem aproveitar.

Na cerimónia de entrega de computadores portáteis aos alunos do primeiro ciclo da Escola Básica do 1º ciclo Sacadura Cabral, Santos Silva considerou que hoje "os computadores são recursos essenciais da nossa formação".

Para o ministro, o programa de atribuição dos "Magalhães" permite "garantir a todos os estudantes e professores condições de igualdade no acesso aos computadores e Internet", com preços "mais favoráveis do que as condições actuais do mercado".

Em Sabrosa, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, considerou que os computadores "Magalhães" representam o começo da "revolução do ensino" em Portugal.

"Vão contribuir para os relacionamentos e ajudar a preparar na formação e qualificação das crianças para o futuro", acrescentou, salientando de seguida o facto do portátil possuir tecnologia portuguesa, que vai servir todos os portugueses, mas que também vai ser "exportado para o mundo inteiro".

O nome "Magalhães", disse, é "simbólico", porque o navegador não se confinou ao espaço que conheceu.

"Fernão Magalhães quis ir mais longe, provou que a terra é redonda e mostrou necessidade de aprofundar conhecimentos, de aventurar-se e fazer melhor", lembrou.

Já o coordenador do Plano Tecnológico, camarada Carlos Zorrinho, aproveitou o arranque da distribuição do "Magalhães" para revelar que em 2010 haverá um computador por cada dois alunos, o que tornará Portugal "num dos países mais bem equipados a nível mundial".

Refira-se que foram três mil os computadores portáteis "Magalhães" que foram distribuídos a alunos do primeiro ciclo em estabelecimentos de ensino de 16 concelhos do país.

No total, o Governo vai entregar, este ano lectivo, 500 mil exemplares do "Magalhães", que terão um custo máximo de 50 euros, sendo gratuitos para os alunos que beneficiam do primeiro escalão da Acção Social Escolar.

À semelhança do programa "E-escola", que envolveu os estudantes do terceiro ciclo e do ensino secundário, os portáteis vocacionados para crianças entre os seis e os 11 anos terão acesso à Internet de Banda Larga a custos reduzidos, mas a opção de ligação é facultativa. **M.R.**

O "MAGALHÃES"

É o primeiro computador portátil com acesso à Internet montado em Portugal e especialmente concebido para crianças, resistente ao choque e a líquidos.

Vem já com programas instalados, sendo que alguns deles são adequados para as crianças trabalharem ou até brincarem em domínios relacionados com os currículos escolares, enquanto outros permitem desenvolver materiais, comunicar e navegar na Net.

Em todos estes portáteis encontram-se instaladas ferramentas de segurança, que permitem aos pais acompanhar e orientar o seu uso pelas crianças (controlo parental).

QUANTO CUSTA?

O custo depende das condições económicas das famílias, que se reflecte nos escalões da Acção Social Escolar (ASE) dos alunos, assim:

- Gratuito para os alunos do escalão A
- 20 euros para os alunos do escalão B
- 50 euros para os alunos do ensino público ou privado não abrangidos pela ASE.

MAIS INFORMAÇÕES

Os interessados poderão obter informações adicionais junto das respectivas escolas e/ou consultando o sítio da Internet www.eescolinha.gov.pt, que será permanentemente actualizado com todas as novidades relacionadas com a iniciativa "E-escolhina".

Por outro lado, o Ministério da Educação fará chegar aos estabelecimentos de ensino, através das vias de comunicação normais, as novas informações.

GP/PS debate Orçamento de Estado para 2009

O ORÇAMENTO do Estado para 2009 será o tema das próximas Jornadas do Grupo Parlamentar do PS previstas para os dias 20 e 21 de Outubro, em Aveiro.

Como é hábito, as Jornadas Parlamentares do PS serão encerradas pelo secretário-geral, José Sócrates, mas, ao longo dos dois dias de trabalhos, deverão intervir também os ministros de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, da Economia, Manuel Pinho, e do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, adiantou que "o próximo Orçamento de Estado, como todos os orçamentos do Governo do PS, dará prioridade ao crescimento económico e ao emprego".

A proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2009 deverá entrar na Assembleia da República até ao dia 15 de Outubro.

OPINIÃO

LUÍS MIGUEL FERREIRA
lmferreira2@gmail.com

O importante é que as tecnologias passem a ser integradas nas práticas pedagógicas diárias, dentro da sala de aula

VIAJANTES NO TEMPO!

"IMAGINE um grupo de viajantes no tempo, entre os quais um grupo de médicos cirurgiões e um grupo de professores, que chegassem do século passado, para ver como as coisas se passam nos nossos dias. Imagine o espanto dos cirurgiões quando entrassem numa sala de operações de um hospital moderno!

Os cirurgiões do século XIX não conseguiriam perceber o que aqueles fulanos, vestidos de maneira tão esquisita, estavam a fazer. Embora compreendendo que estava a decorrer uma operação cirúrgica qualquer, muito provavelmente seriam incapazes de identificá-la. Os rituais de anti-sepsia, a aplicação de anestésicos, os bips dos aparelhos electrónicos e até a intensa luminosidade ser-lhe-iam completamente desconhecidos. Certamente sentir-se-iam incapazes de dar uma ajuda.

Quão diferente seria, no entanto, a reacção dos professores viajantes no tempo ao entrarem numa moderna sala de aulas! Talvez se sentissem intrigados pela existência de alguns objectos mais estranhos, pelos estilos de vestuário e de corte de cabelo, mas perceberiam perfeitamente a maior parte do que se estava a passar e poderiam mesmo, num abrir e fechar de olhos, tomar conta da turma. Naturalmente discutiriam entre si se as mudanças observadas foram para melhor ou para pior".

Seymour Papert, "A Família em Rede" (1996)

Esta história, criada por Seymour Papert em 1996, deixará de ser verdadeira para a realidade portuguesa já nos próximos meses. De facto, o Plano Tecnológico da Educação (PTE), que já se encontra em marcha, vem mudar completamente o panorama tecnológico das nossas escolas, sendo objectivo central colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados em matéria de modernização tecnológica das escolas até 2010.

Modernizar as escolas não é só apetrechá-las com computadores, se bem que o rácio "alunos por computador" não deixe de ser importante. A este nível, pretende-se que Portugal atinja a meta de dois alunos por PC com ligação à Internet (muito diferente dos actuais 12,8), ligação esta com uma velocidade superior a 48Mbps e disponível em todas as salas de aula e em todos os espaços escolares. Mas dizia eu que não basta melhorarmos o rácio. De facto, o importante é que as tecnologias passem a ser integradas nas práticas pedagógicas diárias, dentro da sala de aula. E por isso é que o PTE, para além de 110 mil computadores, contempla equipamentos auxiliares como os quadros interactivos, as impressoras e os videoprojectores, sem ignorar as componentes absolutamente decisivas em termos dos conteúdos (via Portal da Escola) e da formação dos professores em Tecnologias da Informação e Comunicação.

Não há registo de uma medida tomada em Portugal que possa ter um impacto tão grande na melhoria efectiva das condições pedagógicas das nossas escolas. É um investimento que ronda os 400 milhões de euros e que fará com que não mais possa ser usado o argumento de falta de meios para justificar a não utilização das tecnologia nas rotinas do processo ensino/aprendizagem nas nossas escolas, dentro das salas de aula. Por outro lado, não nos esqueçamos que hoje, através do programa e-escola, há mais alunos dos ensinos básico e Secundário que têm o seu próprio computador. Não nos esqueçamos também que muito recentemente, através do anúncio do programa e-escolinha, ficámos a saber que 500 mil crianças do 1º ao 4º anos de escolaridade, vão ter acesso ao "Magalhães", o computador português.

Seymour Papert, um dos teóricos mais conhecidos no que toca ao uso de computadores na educação, matemático, educador e criador da linguagem de programação Logo, terá, pelo menos para o caso português, que alterar a sua história, já que os professores do século XIX não conseguiriam, de forma alguma, tomar conta de uma turma que se senta numa das nossas novas salas de aula. O desafio é que os professores do século XX o façam, já que os alunos, esses, estão prontos e disponíveis para aprender através da tecnologia!

Rota da Cortiça é importante para combater sazonalidade do turismo

A ROTA da Cortiça, inaugurada oficialmente durante a Feira da Serra 2008, em São Brás de Alportel, um município socialista com uma forte ligação ao sector corticeiro, foi considerada pelo deputado do PS David Martins, que representou a Assembleia da República nesta cerimónia, como de grande importância para combater a sazonalidade do turismo no Algarve e simultaneamente contribuir para desenvolver outras estratégias para valorizar a fileira da cortiça na região.

Para o deputado algarvio, esta iniciativa deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento de actividades relacionadas com a cultura e a inovação, em complemento à aposta no turismo no espaço rural, uma vertente do turismo que actualmente apresenta uma grande procura. "A associação da agricultura e da floresta ao turismo é um aspecto positivo para todos os sectores", sublinhou ainda o deputado na sua intervenção.

"Mais de que um percurso, uma história" é o lema desta nova rota turística de temática rural, que se pretende afirmar como um produto turístico inovador no contexto nacional, no qual a cortiça é o fio condutor de um itinerário marcado por seis Pólos Temáticos: Património, Natureza, Vida Rural, Tradição, Inovação e Conhecimento. Promovida pela Associação Rota da Cortiça, este itinerário turístico propõe ao visitante uma visão global do papel da cortiça no desenvolvimento da Serra Algarvia e simultaneamente contribuir para a valorização social e cultural das pessoas que trabalham na fileira da cortiça, desde os tiradores da cortiça até aos operários fabris.

Inaugurado primeiro parque mundial de energia das ondas na Póvoa

O PRIMEIRO parque mundial de aproveitamento da energia das ondas foi inaugurado, no dia 23, ao largo da Póvoa de Varzim, num investimento global de 9 milhões de euros, financiado em 15% pelo Estado português.

Na ocasião, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, sublinhou que Portugal "está entre os cinco países do mundo" que estão mais avançados no que diz respeito às energias alternativas, e em relação às ondas "estamos à frente, é a bandeira portuguesa que está no primeiro projecto desta área".

Manuel Pinho lembrou que Portugal "produz 40% da energia a partir das fontes renováveis e a partir de 2020 essa produção será de 60%", acrescentando que o projecto agora inaugurado será mais "uma alavanca, como o foi há 15 anos a energia eólica e que hoje já criou 10 mil empregos directos e indirectos".

Este projecto pioneiro terá capacidade para produzir, numa primeira fase, energia eléctrica suficiente para alimentar uma povoação com cerca de seis mil habitantes.

Nesta fase, foram instaladas três máquinas de aproveitamento energético, com capacidade paar produzirem 750 kilowats cada uma, o que permitirá uma produção anual de sete gigawatts por hora.

As máquinas, instaladas a cerca de cinco quilómetros ao largo da Póvoa de Varzim, têm forma cilíndrica e medem cerca de 50 metros de comprimento, com um perímetro de 3,5 metros, dos quais apenas um fica acima do nível da água.

A energia produzida pelas ondas do mar é depois encaminhada através de um cabo submarino para uma subestação de ligação à rede eléctrica.

Santos Silva defende intercâmbio entre jovens profissionais europeus

A NECESSIDADE de um programa de intercâmbio entre jovens profissionais europeus, de forma a reforçar a confiança na utilidade da União Europeia, foi defendida pelo coordenador do Instituto de Estudos Políticos da Fundação Res Publica, Augusto Santos Silva.

O ministro dos Assuntos Parlamentares falava, no dia 22, no encerramento de um colóquio sobre o futuro da Europa, promovido em conjunto pelas fundações Mário Soares, Res publica e Friedrich Ebert.

Na sua intervenção, na Fundação Mário Soares, Augusto Santos Silva salientou o contributo do programa "Erasmus", de intercâmbio de estudantes universitários, para a "consciencialização da importância do projecto europeu" e defendeu a necessidade de a Comissão Europeia avançar agora com um programa de troca de experiência entre jovens profissionais.

E alertou que "mesmo podendo não ser real e justa a ideia de distância entre elites e cidadãos europeus, a verdade é que esse sentimento tem sempre consequências".

Por outro lado, Augusto Santos Silva defendeu que é imperioso dar "combate" à corrente de opinião eurocéptica, que disse ter actualmente "grande impacto nos meios económicos e mediáticos" e que, na sua opinião, pretende "reduzir a União Europeia (UE) a um mero mercado único".

Sustentou ainda o ministro dos Assuntos Parlamentares que a intervenção anglo-americana no Iraque foi responsável por uma "fractura política" dentro da UE, opondo os que querem uma autonomia política da Europa e os que desejam tornar a UE num mero suporte da política externa norte-americana.

Idêntica autonomia defendeu para a Europa em relação às relações entre a NATO e a Rússia, afirmando que "é muito importante que a União Europeia tenha uma posição autónoma face aos Estados Unidos".

Já Mário Soares, na abertura do debate, afirmou que "num momento de crise global de múltiplas vertentes – financeira, económica, energética, alimentar, ambiental e moral (ou de civilização) – é dramático que a União Europeia esteja paralisada e sem estratégia concertada, a médio e a longo prazo", e considerou que "a maioria dos dirigentes europeus continuam num estado de apatia e subserviência em relação à Administração Bush, sem parecer dar-se conta de que a era que iniciou, chegou ao fim".

Ora, defendeu o antigo Presidente da República, "a Europa precisa de ter uma estratégia concertada, mas autónoma, em relação aos Estados Unidos e, em consequência, políticas internas e externas consistentes e determinadas".

Por sua vez, o ex-comissário europeu e presidente da Fundação Res Publica, António Vitorino, defendeu como essencial para a União Europeia a rápida aprovação do Tratado de Lisboa, considerando ser fundamental que a Europa "responda aos fenómenos que causam insegurança aos cidadãos, como seja o envelhecimento, o desemprego e as novas ameaças à paz".

Recentrar olhares nos problemas do poder local

O SUCESSO da nova geração de políticas locais dependerá da capacidade de recentrar olhares em torno dos problemas actuais do sector, considerou o secretário de Estado, Eduardo Cabrita, ao intervir no debate sobre "Novos desafios para as autarquias locais", promovido pelo Clube de Reflexão Política – A Linha, em colaboração com as secções de Carcavelos e São Domingos de Rana do PS.

Nesta segunda sessão do ciclo "Conversas na Linha", um espaço de discussão de temas e ideias de interesse público, Eduardo Cabrita apresentou algumas das profundas reformas levadas a cabo no panorama autárquico pelo Governo socialista, lembrando que algumas das propostas apresentadas não foram mais além pelos entraves levantados pelo PSD e pelo PCP, citando, entre outros, casos como o da limitação de mandatos na Região Autónoma da Madeira.

No debate realizado recentemente em Carcavelos, Cabrita aproveitou igualmente para dar conta e enaltecer o esforço da generalidade dos autarcas, de Norte a Sul do país, para se adaptarem à nova Lei das Finanças Locais, bem como à nova lei eleitoral autárquica.

Também presente nesta iniciativa realizada recentemente em Carcavelos, o deputado socialista e membro da Comissão do Poder Local, Luís Pita Ameixa, centrou a sua análise precisamente na Lei das Finanças Locais, em particular nas questões que respeitam ao ambiente, chamando a atenção para os grandes desafios que as autarquias locais têm pela frente neste domínio.

Já o presidente da Câmara Municipal de Mértola, camarada Jorge Pulido Valente, defendeu "uma reorganização da gestão interna das câmaras municipais", de modo a torná-las "estruturas cada vez mais autónomas", que funcionem como "mini-governos", permitindo deixar para trás a dependência do poder central.

De referir ainda que, ao longo deste segundo debate do ciclo "Conversas da Linha", vários intervenientes vincaram a necessidade de se começar desde já a delinear um novo rumo para as autarquias locais, visando melhores resultados em prol dos munícipes e tendo em atenção os importantes combates eleitorais que se avizinham.

III ENCONTROS DE SETEMBRO DA FEDERAÇÃO DE LEIRIA

"OS CIDADÃOS têm de dar a possibilidade ao PS de em duas legislaturas consecutivas poder concretizar as suas reformas, já que nunca o PS teve essa oportunidade que foi dada ao PSD", afirmou o ministro da Justiça, Alberto Costa, que fez um balanço muito positivo da acção governativa, no encerramento dos III Encontros de Setembro, na Foz do Arelho, nas Caldas da Rainha, um fórum de discussão política que a Federação de Leiria do PS vem realizando desde há três anos.

Neste evento que contou com mais de 100 participantes, o presidente da Federação de Leiria, João Paulo Pedrosa, assinalou que o ano de 2009 é crucial para a afirmação das propostas políticas do PS, na medida em que se realizam três actos eleitorais muito importantes.

No contexto das eleições autárquicas de 2009, o PS de Leiria, como acentuou o camarada João Paulo Pedrosa, quer ver "fortalecida a sua implantação autárquica no distrito, ganhando mais câmaras, mais juntas de freguesia e mais mandatos, precisa de ser muito ousado nas suas propostas políticas, no sentido da resolução dos problemas concretos das pessoas".

Neste sentido, os III Encontros de Setembro debateram os processos de simplificação administrativa – "O Simplex nas Autarquias Locais", a cargo da secretária de Estado da Modernização Administrativa Maria Manuel Leitão Marques, "Os Novos Instrumentos de Gestão Territorial", a cargo do Secretário de Estado das Cidades João Ferrão, "A Competitividade Fiscal entre as Autarquias Locais", a cargo do Revisor Oficial de Contas, João Cruz e, por fim, os procedimentos de "Organização e Estruturação de Campanhas Eleitorais", a cargo do director da Eurosondagem, Rui Oliveira e Costa.

Câmara da Guarda lança serviço grátis de pequenas reparações

INICIA-SE no dia 6 de Outubro o projecto da Câmara da Guarda e da Associação Pró-Raia, denominado "Brico Solidário", que tem como objectivo auxiliar idosos e pessoas de fracos recursos económicos na execução de pequenas reparações domésticas.

Segundo a vereadora socialista Lurdes Saavedra, que também preside à Associação de Desenvolvimento Pró-Raia, o projecto prestará um serviço gratuito e pretende melhorar a qualidade de vida e o conforto não só dos idosos, como de pessoas com mobilidade reduzida e de fracos recursos económicos.

Lurdes Saavedra adiantou que a viatura comercial associada ao projecto já foi adquirida pela Pró-Raia, possui uma imagem gráfica específica e está pronta a entrar em funcionamento. O veículo, disse, está equipado "com todas as peças, desde o serrote ao parafuso, ao alicate ou à bancada de corte. Tem os meios, só não tem os materiais de aplicação, que compete à Câmara, assim como os recursos humanos".

Explicou que a viatura será accionada através de um número de telefone verde, que já está atribuído, mas só será activado "no momento em que se iniciar o projecto por parte da Câmara Municipal".

A vereadora do PS referiu também que o projecto "vai funcionar através de um call center" e que a ideia dos promotores "é que os idosos e carenciados do concelho da Guarda tenham uma mão amiga para executar pequenos consertos que são importantes para o seu bem-estar social".

O projecto consiste em disponibilizar uma viatura, uma espécie de "oficina ambulante".

O novo serviço, que abrangerá todas as pessoas do concelho da Guarda com idade igual ou superior a 65 anos e aquelas que estejam dependentes, independentemente da idade, funcionará de segunda a sexta-feira entre as 9 e as 17h30.

Autarca de Melgaço incentiva níveis de natalidade

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Melgaço, o socialista Rui Solheiro, está preocupado com os baixos níveis da natalidade que se registam no seu município, razão por que decidiu desenvolver uma campanha tendente a contrariar a presente regressão demográfica.

Para combater este fenómeno a Câmara aprovou o "Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário", segundo o qual serão atribuídos 500 euros de subsídio pelo nascimento ou adopção do primeiro e do segundo filhos, sendo que a partir do terceiro filho esse subsídio subirá para os mil euros.

A Câmara compromete-se ainda a reembolsar o montante despendido com a mensalidade da creche para os agregados familiares residente no concelho, desde que se enquadrem no primeiro escalão da tabela de mensalidades praticada pela instituição.

Como sublinha ainda o autarca do PS, esta será apenas uma das medidas incluídas neste plano no sentido de começar a inverter o retrocesso demográfico que se vinha a verificar um pouco por todo

o distrito de Viana do Castelo, regressão que começou nos anos 50 do século passado.

Apesar do pouco tempo que o plano tem no terreno, o autarca de Melgaço acentua o facto de pela primeira vez em décadas, o município começar a apresentar um saldo migratório positivo, sendo mais as pessoas que se estão a fixar no concelho do que aquelas que estão a sair.

PS/Oeiras propõe baixa de IRS

OS SOCIALISTAS de Oeiras, face ao presente contexto económico das famílias e do país, e perante as possibilidades que a nova Lei das Finanças Locais permite, propôs em recente reunião de Câmara, uma redução do IRS em 1% para os residentes do concelho, algo que, como defende o deputado e presidente da Comissão Política de Oeiras, Marcos Sá, "poderá constituir um apoio solidário importante no orçamento de muitas famílias", contribuindo ainda "para a elevação dos níveis de exigência na gestão dos dinheiros públicos".

Perante a recusa das restantes forças partidária, o Partido Socialista apresentou em alternativa uma nova proposta de redução de 0,5% do IRS, a que se deve acrescentar ainda uma descida obrigatória do valor do IMI para prédios urbanos avaliados, para 0,375%.

PS/Vila Franca de Xira organiza colóquio sobre solidão nas Metrópoles

O PARTIDO Socialista de Vila Franca de Xira organizou no passado dia 25 de Setembro um encontro sobre o tema "Solidão nas Metrópoles: que alternativa?".

Organizado pela Comissão Política Concelhia, em coordenação com o secretariado da Secção do PS de Alhandra, este colóquio teve como uma das mais destacadas convidadas Helena Cadete, vice-presidente da Associação Coração Amarelo, uma IPSS voltada para o voluntariado.

E foi exactamente esta dirigente associativa que abordou alguns dos temas que se revestem presentemente da maior importância e actualidade para as relações inter-geracionais: a responsabilidade colectiva no combate à solidão, com destaque neste capítulo para a importância do voluntariado; o incentivo e motivação às capacidades dos idosos como autonomia e capacidade de tomadas de decisão; a relevância de projectos como as universidades seniores na auto-estima e promoção pessoal do idoso; o significado do apoio domiciliário e o papel dos cuidados continuados e paliativos; a importância da formação dos prestadores de cuidados aos idosos (famílias e instituições), o saber envelhecer e a responsabilidade pessoal pela saúde física e mental de cada um.

Este colóquio, permitiu, como refere Fernando Paulo Ferreira, presidente da Comissão Política Concelhia de V. F. Xira, uma conversa franca sobre matérias que se afiguram cada vez mais importantes nas sociedades contemporâneas, e que constituem uma preocupação "não só da sociedade em geral como do PS em particular" já que, como acentua, "os nossos valores assentam nos valores da solidariedade e acção social".

PS/Barreiro acusa autarcas comunistas de irresponsabilidade

O PARTIDO Socialista do Barreiro acusa o executivo camarário, de maioria CDU, de total inaptidão e incompetência.

Os socialistas dizem-se apreensivos perante o que classificam de "triste espectáculo", protagonizado pelos responsáveis da Câmara Municipal, ao terem atrasado a apresentação de uma candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), destinada a intervir nas áreas ribeirinhas do município, atraso esse que o PS do Barreiro não hesita em qualificar de "um dano irreparável para o desenvolvimento económico e social do Barreiro".

Para o PS, para lá dos graves danos que causou, o presidente Carlos Humberto, eleito nas listas da CDU, parece agora, dizem os socialistas, querer transformar o que resta da sua gestão autárquica "num caso digno de figurar no anedotário nacional", envergonhando "de forma inaceitável todos os cidadãos deste concelho", nomeadamente, recordam, quando declara "que os portugueses costumam guardar tudo para o fim" ou ainda quando diz que "foi apenas por dez, 12 minutos, que o processo de candidatura não deu entrada", frases que para o PS/Barreiro são elucidativas da "impreparação e leviandade com que os autarcas comunistas têm tratado os interesses da população".

O PS quer agora que seja aberto um inquérito para se "apurar de maneira definitiva" todas as responsabilidades dos intervenientes nesta candidatura fracassada.

PS/Gondomar exige demissão de Valentim Loureiro

DOIS meses após ter sido condenado no processo "Apito Dourado" pelos crimes de abuso de poder e de prevaricação, o ainda presidente da Câmara Municipal de Gondomar, Valentim Loureiro está de novo sob a alçada da Justiça com acusações que, deste feita, visam unicamente a sua actividade na autarquia.

Perante as acusações de que é alvo, burla qualificada, instigação à administração danosa, prevaricação e participação em negócio, o Partido Socialista de Gondomar exige a demissão imediata de Valentim Loureiro e do seu vice-presidente na autarquia, José Luís Oliveira.

Para o PS, desta vez nem o presidente, nem o vice-presidente da autarquia gondomarense "podem argumentar que se tratam de questões ligadas ao futebol", porque as acusações apontam para a prática de "crimes relacionados com a actividade autárquica".

Por isso, o PS de Gondomar vem novamente exigir a demissão do presidente e do vice-presidente da autarquia, lamentando que o município de Gondomar tenha sido notícia nos últimos meses "pelas piores razões".

Chega de envolver Gondomar, dizem os socialistas, nos tristes casos do "Apito Dourado", da Quinta do Ambrósio ou do complexo desportivo de Rio Tinto, defendendo que "o timoneiro que os gondomarenses querem para tomar o rumo aos seus destinos e fazer deste concelho um lugar próspero e pujante", não pode passar pela continuação de Valentim Loureiro e do seu actual vice-presidente, José Luís Oliveira, "à frente dos destinos da autarquia".

Socialistas de Chaves acusam o PSD de insensibilidade perante as dificuldades das populações

O PARTIDO Socialista de Chaves está indignado com a posição assumida pelo PSD, por este partido ter votado contra a proposta apresentada pelo PS que apontava para a cedência aos munícipes de 2% do IRS.

Em conferência de Imprensa, realizada no passado dia 29 de Setembro, a Concelhia de Chaves do Partido Socialista recorda que perante a nova lei das finanças locais os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no respectivo concelho.

Se tivessem votado favoravelmente a proposta socialista, diz a Concelhia do PS/Chaves, os eleitos autárquicos pelo PSD estariam a dar "um forte sinal de solidariedade fiscal, permitindo assim que mais famílias pudessem beneficiar desta iniciativa".

Direcção-Geral do Consumidor quer esclarecimentos sobre taxas de água

A DIRECÇÃO-GERAL do Consumidor detectou um número considerável de questões colocadas pelos consumidores relativamente à recente implementação pelas entidades fornecedoras de água aos consumidores de uma taxa sobre o abastecimento de água, designada "quota de disponibilidade", "taxa de disponibilidade", entre outras denominações semelhantes.

Neste âmbito, com o objectivo de poder dar resposta às questões colocadas pelos consumidores, a Direcção-Geral do Consumidor pediu, com carácter de urgência, a todas as entidades fornecedoras de água informação sobre a base legal em que se suporta o lançamento dessa taxa e a identificação detalhada dos custos reais que a mesma visa cobrir.

Nesta matéria, solicitou-se ainda informação sobre a eventual realização de estudos preparatórios destinados a suportar a identificação dos referidos custos e sobre o teor ou conclusões dos mesmos.

Cartão da empresa reduz burocracia

COM o objectivo de diminuir a burocracia e reduzir procedimentos, o Conselho de Ministros de 18 de Setembro aprovou a criação do cartão da empresa, Este documento, que elimina os de pessoa colectiva e de contribuinte empresarial, contém os três números relevantes para a identificação das pessoas colectivas perante quaisquer autoridades e entidades: o de pessoa colectiva; o de identificação fiscal; e o da segurança social.

Com a emissão do cartão da empresa em plástico é disponibilizado um cartão virtual com código, para consulta na Internet. Criou-se também o Sistema de Informação e Classificação das Actividades Económicas e simplificou-se o Registo de Pessoas Colectivas, o Código do Registo Comercial, a sucessão hereditária e o divórcio com partilha, a Empresa na Hora, alargando o universo de entidades que a podem utilizar, e a Empresa On-line.

Mais seis corredores Bus em Lisboa

A SECRETÁRIA de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, a Câmara Municipal de Lisboa e a Carris assinaram um protocolo com o objectivo de estabelecer novos corredores BUS em Lisboa, numa extensão que irá acrescentar em 1500 metros os corredores já existentes.

Assim, vão ser criados seis novos corredores Bus até ao final deste mês de Setembro, nas seguintes localizações: Avenida da República, dois troços, Avenida Rovisco Pais, Alameda das Linhas de Torres, Rua de Belém e Rua de Campolide.

Este acordo permite assegurar uma extensão de 4,1 quilómetros de corredores Bus contínuos e mais de 80 quilómetros de rede em toda a cidade de Lisboa.

Com a criação destes novos corredores pretende-se proporcionar uma melhoria na velocidade comercial, frequência, regularidade e fiabilidade nas carreiras de transporte público de passageiros, autocarros e eléctricos, e na circulação dos táxis, pela redução dos efeitos do congestionamento do trânsito geral.

Dez novos balcões de atendimento do Cartão do Cidadão

ENCONTRAM-SE abertos, desde 15 de Setembro, dez novos balcões de atendimento para pedido do Cartão do Cidadão nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Porto e na região autónoma da Madeira.
Entretanto, a Loja do Cidadão de Odivelas e a Conservatória do Registo Civil de Câmara de Lobos, na Madeira, começaram também a emitir o Cartão de Cidadão.

"Casa Pronta" com mais sete balcões

O SERVIÇO "Casa Pronta" acaba de chegar a sete localidades, elevando assim para 91 os postos de atendimento disponíveis, num total de 86 municípios.

90 municípios com gestão escolar

O PROTOCOLO de transferência de competências do Ministério da Educação para as autarquias foi assinado por 90 câmaras.

Devedores crónicos na Net

OS DEVEDORES crónicos vão passar a constar de uma lista a publicar na Internet. Com esta medida pretende-se reduzir os processos de cobranças de dívidas pendentes nos tribunais.

Parlamento Europeu com canal de TV

O PARLAMENTO Europeu lançou um canal de televisão através da Internet. O canal EuroparlTV irá acompanhar a actualidade dos 27 países da União Europeia.

OPINIÃO

RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS

Para que os portugueses possam beneficiar da melhoria da conjuntura económica internacional é necessário que vença o melhor candidato e, nestas eleições, o melhor candidato é Barack Obama

AS ELEIÇÕES AMERICANAS E A SUA INFLUÊNCIA NO MUNDO

AO CONTRÁRIO do que se passava há alguns anos atrás, a esmagadora maioria dos portugueses está consciente da enorme importância das eleições presidenciais dos Estados Unidos e da influência que estas têm no seu dia-a-dia. A crise do crédito imobiliário veio evidenciar a ligação directa que existe entre as más decisões da Administração americana e a subida abrupta dos empréstimos para habitação que os portugueses têm que suportar mensalmente.

Assim, já não são só os académicos, analistas, políticos ou admiradores do "american way of life" que seguem com grande interesse todas as peripécias do combate Obama-McCain. O cidadão anónimo também acompanha de perto a campanha eleitoral e procura descortinar as propostas que melhor servem o seu interesse.

Mas, para que os portugueses possam beneficiar da melhoria da conjuntura económica internacional é necessário que vença o melhor candidato e, nestas eleições, o melhor candidato é Barack Obama.

O senador democrata é o único que pode fazer esquecer a pesada herança da administração Bush e lançar os alicerces de uma nova política. A crise económica em Wall Street serviu também para mostrar aos americanos que Barack Obama é o único candidato com capacidade para enfrentar uma crise estrutural.

Senão vejamos, John McCain começou por dizer que as bases da economia estavam fortes mas, pouco depois, já considerava que a crise não podia ser mais séria. Mas, os avanços e recuos do senador republicano não se limitam à economia. A 40 dias das eleições, o candidato republicano resolveu suspender a sua campanha e disse que não ia comparecer no primeiro debate. McCain considerava que era mais importante ficar fechado num gabinete do que discutir publicamente os problemas que afectam todos os americanos.

O comportamento de Obama foi significativamente diferente. Face às propostas da desastrosa Administração Bush, o senador democrata soube colocar em primeiro lugar os interesses da nação e apoiar as medidas que visam minorar o problema. Contudo, o apoio dado não foi incondicional, nem teve em conta quaisquer benesse eleitoral. Obama exigiu que a situação ficasse clarificada e quis que fosse o Congresso a decidir quem recebe os apoios e quanto recebe. Por outro lado, o democrata obteve garantias que o dinheiro não irá para os responsáveis da situação e que todos os apoios serão integralmente pagos pelos beneficiários. Finalmente, o senador pediu uma nova lei de habitação que compense os americanos prejudicados pela crise financeira.

Quanto à teatral proposta de suspensão da campanha, Barack Obama manteve a sua disponibilidade para o debate e salientou que os americanos precisavam de ouvir as propostas da pessoa que, dentro em breve, será responsável pela gestão do problema. O candidato democrata lembrou ainda que o Presidente do Estados Unidos tem que saber lidar com mais do que uma coisa ao mesmo tempo.

McCain foi "obrigado" a reconhecer mais um erro e lá compareceu no debate agendado para o Mississippi.

Outro ponto em que Barack Obama sobressai é no campo das relações internacionais. A guerra na Geórgia veio mostrar que são necessários ajustes ao nível das alianças políticas e a hipótese de aparecimento de uma nova "guerra-fria" não pode ser descartada. O senador democrata fez recentemente um périplo por diversos países e o balanço é extremamente positivo como demonstram as sondagens recentemente divulgadas. Face às dificuldades que os Estados Unidos têm tido no relacionamento internacional, a recepção e o acolhimento dado a Barack Obama mostra que o senador democrata poderá abrir uma nova página e colaborar activamente na estruturação de uma nova política de alianças, nomeadamente, no contexto europeu.

Gostaria de salientar também o apoio que Obama tem tido junto da juventude. Numa altura em que os mais novos mostram um grande alheamento em relação à política, não deixa de ser surpreendente a forma como o senador democrata conseguiu cativar o eleitorado mais jovem. Para além do apoio obtido, Barack Obama consegui trazer para o terreno muitos jovens e estes têm sido determinantes no esforço de mobilização em torno do candidato.

Este apoio mostra também que, afinal, a juventude não está divorciada da política e que, para aderir, basta que surjam pessoas e políticas que vão de encontro aos seus legítimos anseios.

O suporte dos jovens é também um meio que permite aos democratas combater a forte máquina eleitoral republicana. É importante recordar que, nas últimas dez eleições, os republicanos venceram sete e isso é, em grande parte, uma consequência do aparelho que têm ao seu serviço.

Mas, só o apoio dos jovens não é suficiente e para lutar contra a "máquina" de McCain, bem como contra o poderoso "patrocínio" das conservadoras igrejas evangélicas aos republicanos, Barack Obama vai ter que recorrer às organizações de bases e, neste ponto, também é muito importante a ajuda de Hillary Clinton. O apoio explícito dado na convenção democrata por Hillary significa também que o candidato presidencial democrata pode contar com muitas organizações ligadas às mulheres e ao eleitorado hispano.

Mais de meio milhar de centros escolares estão a ser criados em todo o país

O GOVERNO vai avançar, em todo o país, com mais de 600 projectos, orçados em cerca de 900 milhões de euros, tendo em vista criar de raiz novos estabelecimentos de ensino ou beneficiar escolas já existentes, espaços que serão de imediato destinados aos futuros centros escolares que integrarão o ensino pré-escolar e o primeiro ciclo.

Destes projectos cerca de dois terços dizem respeito a novas construções, sendo as restantes propostas dirigidas à reabilitação de edifícios já existentes.

Para além da comparticipação por parte do Estado, estes projectos beneficiam ainda de importantes recursos financeiros oriundos do QREN.

O primeiro-ministro e a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, no âmbito desta iniciativa, deslocaram-se recentemente ao concelho da Lousada, onde aí inauguraram vários centros escolares, acção que, como realçou a titular da pasta da Educação, será estendida a outros municípios nos próximos meses, tendo em vista, disse, "mudar radicalmente e num breve espaço de tempo o panorama educacional do país".

A reforma do ensino, a par de outras importantes reorganizações que este Governo está a levar a efeito, passa pela criação e desenvolvimento dos centros escolares, organismos que vão agregar vários graus de ensino, incluindo o pré-escolar. Deste modo, garante Maria de Lurdes Rodrigues, haverá condições mais adequadas para que se possa concretizar uma escolaridade obrigatória de nove anos, ultrapassando um modelo que na opinião da ministra tem demonstrado ser incapaz de integrar e articular os diferentes graus de ensino.

A institucionalização destes centros, e a sua concretização no terreno, levou a titular da pasta da Educação a afirmar que um dos objectivos da sua equipa é alcançar nos próximos anos 100% de aprovações no final do nono ano de escolaridade, garantindo que Portugal já reúne neste momento excelentes condições para se poder alcançar este objectivo ao nível do ensino básico.

Sublinhando que esta sua pretensão não é "nenhuma utopia" já que este objectivo, como recordou, já foi alcançado noutros países da Europa com os quais Portugal se tem comparado e com quem se quer continuar a comparar, a ministra da Educação defendeu que nada deverá impedir que o país possa alcançar dentro em breve as mesmas metas que outros países europeus, defendendo a opinião de que os "nossos alunos não são menos inteligentes que os seus colegas da Europa", assim como os "nossos professores também não estão menos preparados ou são menos competentes do que os seus congéneres europeus".

O problema que nos diferenciava, afirma Maria de Lurdes Rodrigues, prendia-se, até há pouco tempo, com a baixa qualidade de muitas das instalações escolares. Área em que, garante, sobretudo o actual Governo "tem vindo a desenvolver um enorme esforço financeiro" de modo a que o país, num futuro que garante ser breve, possa atingir os objectivos pelos quais se tem vindo a bater.

Resultado do Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, os novos centros escolares que o actual Governo tem vindo a criar, visam, como esclarece a ministra da Educação, "garantir a igualdade de oportunidades de acesso a espaços educativos de dimensão e recursos adequados ao sucesso educativo".

Recorde-se que este programa resulta de um trabalho conjunto do Ministério da Educação com as autarquias, e passa, numa primeira fase, pela reorganização da rede escolar, identificando situações, recuperando ou construindo de raiz estabelecimentos de ensino.

Como acentuou Maria de Lurdes Rodrigues, a criação dos novos centros escolares pretende compensar o encerramento de alguns milhares de escolas por todo o país, iniciativa levada a efeito em consequência de se ter verificado que nos últimos anos inúmeras escolas, sobretudo em zonas rurais e do interior, não tinham mais do que dois ou três alunos.

Há mais de 20 anos, lembrou ainda a ministra da Educação, que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) vinha a recomendar ao Governo português o encerramento destas escolas. **R.S.A.**

Maioria socialista aprova medidas fiscais anticíclicas

UM PACOTE de medidas fiscais anticíclicas, que contemplam um campo variado de impostos e objectivos "tendo em vista a suavização interna dos efeitos da crise nos mercados financeiros e nos mercados dos produtos petrolíferos", foi aprovado, no dia 19, pela maioria socialista na Assembleia da República.

No debate no Parlamento, Carlos Lobo, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, defendeu a proposta de lei do Governo que prevê, além da taxa "Robin dos Bosques" – uma tributação autónoma para empresas petrolíferas uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a majoração dos encargos com os juros de empréstimos da habitação para efeitos de IRS.

Segundo sublinhou Carlos Lobo, a subida acentuada dos produtos petrolíferos e o agravamento da crise que tem assolado os mercados financeiros "tem exigido das autoridades nacionais a adopção de um comportamento cauteloso, tendo em vista principalmente a resolução dos problemas sociais emergentes".

Assim, referiu o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, "tornou-se obrigatório que o Estado introduzisse não só um imposto sobre os ganhos extraordinários provenientes das empresas de fabricação e distribuição de produtos petrolíferos refinados, mas também o desagravamento dos impostos que mais afectam o mercado da habitação, na vertente mais básica da garantia do direito fundamental consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa".

Entretanto, hoje, dia 30, o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) apresenta no debate na especialidade propostas que são complementares às medidas avançadas pelo Governo. Segundo adiantou ao "Acção Socialista", o vice-presidente da bancada socialista, Afonso Candal, "as medidas que a bancada do PS apresenta na especialidade pretendem aprofundar as propostas do Executivo, nomeadamente aproximando os pagamentos das grandes empresas àquilo que é o imposto real a liquidar, bem como aumentar a taxa de tributação autónoma em sede de IRC, designadamente dos veículos mais poluentes".

Novas Oportunidades para melhorar qualificações e reduzir desigualdades

Elevar os padrões de qualificação dos portugueses e reduzir as desigualdades são os principais objectivos que norteiam as "Novas Oportunidades", afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, salientando que este é um programa "absolutamente central das políticas públicas" e que nasceu da reflexão e estudo feitos no âmbito das Novas Fronteiras.

NOVAS FRONTEIRAS

J. C. CASTELO BRANCO

AO ENCERAR no dia 27 a sessão das Novas Fronteiras realizada na Alfândega do Porto dedicada às "Novas Oportunidades", que disse ser "um dos programas com que mais se orgulha o Governo", José Sócrates congratulou-se com o facto de 500 mil portugueses se terem inscrito no para verem reconhecidas e melhoradas as suas qualificações". "Isso enche-nos de orgulho", disse, acrescentando que "surgiu um movimento silencioso em todo o país porque as pessoas perceberam que aqui a questão central é a de que não há sucesso individual ou colectivo, sem conhecimento".

Segundo o líder do PS, uma das razões do programa "Novas Oportunidades" é melhorar a qualificação da população no activo, já que, frisou, "o país não pode esperar que chegue uma nova geração para elevar a sua qualificação".

O dever do Estado, disse, "é dar uma nova oportunidade aos que saíram cedo da escola para melhorar a sua qualificação", reiterando que "o sucesso económico do país reside na aposta no conhecimento, na ciência, na melhoria das qualificações, porque não queremos competir nos mercados de baixa mão-de-obra".

Para além das razões económicas, José Sócrates disse que a redução das desigualdades através de uma forte aposta na educação foi outro dos motivos que estiveram na origem da concepção deste programa. "A principal razão da desigualdade reside na diferença de qualificações", afirmou.

E acrescentou que "nunca nenhum Governo assumiu que a principal razão da desigualdade entre os cidadãos se encontra na educação".

Na educação, lembrou o primeiro-ministro, as mudanças foram tantas que "a escola pública hoje é muito diferente da de 2005", nomeadamente com duas inovações que levarão a que a geração actualmente com seis a dez anos venha a ser, quando adulta, mais apetrechada que a actual para competir nos mercados globais: o ensino de inglês e o contacto com as novas tecnologias.

Considerando que o principal desafio do Governo é agora "responder ao aumento da procura" das "Novas Oportunidades", José Sócrates salientou a existência dos meios humanos e financeiros para que o programa se concretize, graças ao aumento, no QREN, de 26 para 37 por cento das verbas comunitárias destinadas a formação, educação e ciência.

"Pela primeira vez Portugal vai gastar a mesma percentagem que os países mais desenvolvidos atribuem à educação, formação e ciência", sublinhou.

No final da sua intervenção, o líder do PS enfatizou que são programas como este que honram a política. "Nós estivemos aqui para discutir um programa que é da maior importância para o país, que diz respeito à vida de muita gente e tudo faremos para estar à altura deste trabalho".

Resultados excepcionais

Na abertura dos trabalhos interveio Carlos Lage, membro do Conselho Coordenador das Novas Fronteiras, para quem o programa "Novas Oportunidades" surgiu para "elevar rapidamente o nível de qualificação dos portugueses e eliminar os vícios do passado ao nível da formação", sublinhando que os resultados já conhecidos são "absolutamente excepcionais".

Segundo Carlos Lage, o futuro de um país com as características de Portugal "é directamente proporcional aos investimentos que se façam no conhecimento", que considerou ser "o melhor antídoto contra o imobilismo". E elogiou o Governo por "ter tido a coragem de mudar contra ventos e marés", sendo que uma das "mais importantes reformas levadas a cabo tem passado pela qualificação e formação".

Seguiram-se depois oito breves intervenções de personalidades ligadas ao programa "Novas Oportunidades", que deram conta das suas experiências e vivências nesta matéria.

António Vassalo Abreu, presidente da Câmara de Ponte da Barca, considerou que as "Novas Oportunidades" são "um dos programas mais importantes lançados nos últimos anos no país", sustentando que "só um Governo do PS poderia ser obreiro na aposta na qualificação dos portugueses".

Já Luísa Tavares Moreira, director do Centro Novas Oportunidades da Póvoa de Varzim, afirmou que "temos de lutar para que se reduza o abandono escolar", apontando as experiências pioneiras que o Centro que dirige tem feito nesta matéria.

Numa visão das empresas no que concerne às "Novas Oportunidades", Marta Maia, directora dos Recursos Humanos do Grupo Jerónimo Martins, referiu que esta "holding" acarinhou do "fundo do coração" desde o princípio este programa, sublinhando a grande adesão dos trabalhadores do grupo a este projecto.

Por sua vez, Cecília Amaro, directora-coordenadora do Centro de Novas Oportunidades da associação empresarial NERGA, referiu que este programa "dá um forte contributo para que as nossas empresas sejam mais competitivas", sublinhando que "o reconhecimento das competências é o grande factor de mudança".

Pedro Póvoa, atleta olímpico de taken-do, um dos jovens que frequentam o programa, agradeceu ao Governo "esta oportunidade" que lhe permitiu entrar na Universidade do Minho, onde frequenta o curso de Psicologia.

A perspectiva do tecido empresarial foi dada por Carlos Martins, presidente do Conselho de Administração da Martifer, segundo o qual é manifesto o sucesso desta iniciativa entre os trabalhadores do Grupo, adiantando que esta empresa vai brevemente lançar um projecto inovador, que passa pela criação de uma escola e de um ATL para jovens até aos 15 anos, de forma a que as colaboradoras possam estar no local de trabalho mais motivadas.

Paula Magalhães, investigadora da Universidade do Minho, disse que as "Novas Oportunidades" vieram "incrementar ofertas de formação mais diversificadas", sustentando que é preciso reflectir sobre qual o lugar para a educação de adultos num país como Portugal que é hoje uma sociedade mais multicultural.

Acção Socialista
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista
www.accaosocialista.net

Director Jorge Seguro Sanches **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 **Depósito legal** Nº 21339/88 **ISSN** 0871-102X **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o "Acção Socialista" em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html

OPINIÃO

LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Novas Associações de Municípios

OS MUNICÍPIOS, ao se associarem, têm posto em comum os interesses e os meios seus.

As associações recebem por delegação dos municípios (de baixo para cima) capacidade de actuação, competências.

Tem sido assim: mas elas podem ir mais além. Podem, efectivamente, ter atribuições e competências próprias (estabelecidas directamente na lei) e atribuições transferidas pela Administração Central (de cima para baixo).

Quer isto dizer que a descentralização pode ser efectuada não já apenas para as autarquias municipais (ou de freguesia) mas também para outros entes – as associações de municípios.

Ou seja, haverá certas atribuições e competências descentralizadas para o Poder Local a que os municípios não terão acesso, individualmente, mas apenas num formato associativo.

Exemplos podem ser a participação nos órgãos de gestão próprios dos fundos comunitários (QREN) ou mesmo a administração directa de parcelas dessas verbas, a faculdade de cobrar impostos municipais (em vez das repartições de finanças estatais), o ordenamento e planeamento territorial, a participação na gestão dos organismos de saúde, as redes de abastecimento público e de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos, a rede viária, a mobilidade ou os transportes colectivos, a estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, etc.

Isto poderá, é certo, vir a colocar questões teóricas acerca da natureza material destas entidades, mas, sem dúvida, vem trazer ao Poder Local uma acrescida capacidade de intervenção política.

E é justamente aí que está a sua importância: abre, na ordem política, um novo limiar de reforço do Poder Local que, atomizadamente, este nunca alcançaria.

As novas associações de municípios vão designar-se Comunidades Intermunicipais (CIM), terão um estatuto de direito público e devem corresponder às unidades territoriais estatísticas de terceiro nível (NUT III).

No Continente temos 28 destas NUT III.

Porém, há que excluir as que integrarão as áreas metropolitanas, com um regime próprio – Lisboa com duas NUT III (Grande Lisboa e Península de Setúbal, abrangendo 18 municípios) e Porto com duas NUT III (Grande Porto e Entre Douro e Vouga, abrangendo 16 municípios).

Restam, portanto, 24 NUT III no remanescente território continental.

As NUT têm origem no sistema estatístico europeu (EUROSTAT), harmonizado entre todos os países da União Europeia.

Mas, especificamente, para este efeito do associativismo municipal, foi feito um ajustamento ao desenho territorial das NUT (DL 68/2008, 14/4) de modo a atender a certas dinâmicas territoriais e socioeconómicas.

Esta nova lei do associativismo municipal (Lei 45/2008, de 27/8) surge da crítica (e revogação consequente) dos anteriores regimes jurídicos, vindos do Governo PSD – PP (leis 10 e 11, de 2003), os quais, não tendo sido capazes de traçar e estabelecer um quadro territorial uniforme, estável e coerente, acabaram por se revelar sem préstimo e nada trouxeram de significativo para o avanço da Administração Local.

Um novo quadro jurídico para o associativismo municipal só se justifica para dar ao Poder Local uma nova oportunidade de crescimento, alargando o seu quadro de intervenção, numa escala territorial maior, aproveitando a possibilidade de o nível associativo dispor de atribuições e competências próprias, como a Constituição já tinha vindo, expressamente, autorizar.

E, da parte do Estado e dos órgãos de soberania, o movimento descentralizador só pode ser aprofundado se tiver como destinatários e interlocutores entidades que obedeçam a uma malha igualitária, que cubra todo o território, segundo um padrão fixo, fiável, conhecido e estabilizado.

Até, também, por uma questão de justiça na distribuição dos recursos do Estado - a descentralização de atribuições e competências deve ser operada numa lógica de igualdade para todo o País, e tal só é alcançável se tivermos uma mesma malha e um igual critério de associação autárquica.

Para as comunidades locais este modelo inclui, em si mesmo, ainda, outro interesse não despiciendo – permite uma organização e escala com virtualidades de representação política do território, quer face ao Estado, quer face à sua integração em região mais vasta (NUT II – que são 5 – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve), estejamos nós no modelo actual centralizado ou se venha, no futuro, a alcançar a instituição de regiões administrativas.

Digamos que as CIM se podem constituir como plataformas de representação política sub-regional, se os seus protagonistas nisso convirem.

É claro que este molde, porém – e convém sublinhá-lo –, não tolhe os municípios de manterem o seu pleno grau de liberdade de se associarem, como quiserem, para a prossecução e defesa dos seus interesses concretos comuns.

A lei não deixa de, também, prever e regular as associações de municípios de fins específicos, as quais podem, livremente, ser criadas para a realização, em comum, de quaisquer interesses dos municípios, e sem terem que obedecer a qualquer desenho territorial.

Estas associações obedecem a um regime híbrido, de direito privado mas com vários aspectos fundamentais sujeitos à disciplina pública (contrato de trabalho, aquisições e empreitadas, tutela administrativa, fiscalização do tribunal de contas), a não ser, porém, que se trate da continuidade de associações de municípios de fins específicos, já existentes pois, então, poderão manter o integral estatuto de direito público.

Os municípios podem integrar um número indeterminado de associações de fins específicos (desde que com finalidades diversas) mas só podem fazer parte de uma única CIM.

Para a constituição da CIM basta a reunião de metade mais um dos municípios da NUT III, e a entrada dos municípios é sempre livre, não dependendo do consentimento ou acordo dos restantes.

A lei admite ainda a fusão, "a posteriori", numa única CIM, dos municípios dos territórios de mais de uma NUT III, desde que estas estejam na área da mesma NUT II, sejam contíguas entre si e as deliberações, tomadas pelas respectivas assembleias das CIM, obtenham a ratificação, em cada NUT III, de um número de assembleias municipais que ultrapasse dois terços do número de municípios associados.

A lei permite mesmo, no limite, que essa fusão possa abranger a totalidade do território de uma NUT II. Neste caso a CIM, assim instituída, teria mais algumas competências, sobretudo em matéria de planeamento. O legislador previne que, nesse caso, tal só terá efeitos se e enquanto não forem instituídas regiões administrativas.

Mas uma fusão não é irreversível. Após um prazo de cinco anos, pode ser revogada e a CIM voltar a cingir-se à sua NUT III, se assim o deliberarem, metade mais um, pelo menos, dos municípios dessa NUT III.

Os órgãos das CIM são a Assembleia Intermunicipal e o Conselho Executivo, e as deliberações por eles tomadas vinculam os municípios integrantes, desde que a respectiva competência esteja estabelecida na lei ou nos estatutos, não carecendo de ratificação dos órgãos municipais.

Excepciona-se deste princípio a cobrança de impostos municipais, a qual, para ser feita pela CIM, carece de acordo de todas as assembleias municipais.

Neste aspecto têm, ainda, especial delicadeza as deliberações geradoras de despesas com pessoal ou para contrair endividamento, porque a lei as obriga a reflectir-se nas contas dos municípios associados e, assim, pesarão para os níveis das limitações a que estes estão sujeitos pela lei das finanças locais.

Será a assembleia intermunicipal da CIM a deliberar sobre a forma de imputação dos encargos pelos municípios associados, podendo adoptar um qualquer critério de proporcionalidade ou carregando mais nuns do que noutros ou, mesmo, só em alguns, se assim se justificar. Mas essa deliberação carece de ter o acordo das assembleias municipais.

Caso não se alcance acordo, vigorará a proporcionalidade decorrente da população residente em cada município.

A CIM é dirigida pelo conselho executivo, o qual é constituído por todos os presidentes das câmaras municipais (sendo um deles eleito presidente e dois vice-presidentes) e pode propor à assembleia intermunicipal a nomeação de um secretário executivo profissional.

A assembleia intermunicipal é composta por representantes de cada município, em número diferenciado, proporcional aos eleitores recenseados em cada um, introduzindo-se assim uma diferenciação de peso demográfico-eleitoral entre os municípios da CIM, no órgão deliberativo e apenas neste.

A diferenciação do peso de representação de cada município, na assembleia da CIM, é dada pela eleição de três membros nos municípios até 10 mil eleitores, cinco membros nos municípios até 50 mil eleitores, sete membros nos municípios até 100 mil eleitores, e nove nos restantes.

A eleição é feita em cada assembleia municipal, de entre os seus membros, mediante listas e apuramento pelo método proporcional de Hondt, apenas tendo voto os membros directamente eleitos, isto é, excluindo os presidentes das freguesias, para não deformar a proporcionalidade política original da eleição popular da assembleia municipal.

As CIM terão património e finanças próprias, poderão lançar taxas ou cobrar preços e terão contribuições e transferências tanto do Estado como dos municípios.

Em termos de contribuição regular anual haverá a que é feita pelos vários municípios associados, nos termos estatutários e do orçamento aprovado, e haverá, também, a que será feita, directamente, a partir do Orçamento do Estado, e que a lei fixa já em montante correspondente a 0,5 por cento do FEF corrente que cabe ao conjunto dos municípios que constituem a respectiva NUT III.

Além disso, os municípios quando delegam competências na associação transferem as verbas correspondentes e, de igual modo, o fará a Administração Central, quando contratualiza a transferência de atribuições para a CIM.

As associações actualmente existentes (criadas ao abrigo das leis 10 e 11 de 2003) terão que se adaptar ao novo quadro legal.

As entidades associativas que têm fins gerais, seja qual for a sua designação (grandes áreas metropolitanas, comunidades urbanas, comunidades intermunicipais de fins gerais), podem ser automaticamente convertidas em CIM, desde que tal seja deliberado, pela maioria dos municípios da respectiva NUT III, até ao dia 1 de Dezembro de 2008.

Caso não façam a conversão, aquelas entidades passam a associações de municípios de fins específicos, do novo regime, automaticamente.

As entidades associativas, que já eram de fins específicos, podem manter-se e passam a reger-se pela nova lei, podendo conservar o estatuto de direito público.

Todas as actuais associações que não se convertam nem se mantenham entram em liquidação, com a divisão, entre os municípios, do património e do pessoal.

MUNICÍPIOS POR NUTS III